

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

CLAUDIO ELIAS JUNIOR

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM ESTUDO DE CASO EM
UMA EMPRESA DO RAMO DE COMBUSTÍVEIS LOCALIZADA EM CRICIÚMA
OPTANTE PELO LUCRO REAL**

CRICIÚMA

2014

CLAUDIO ELIAS JUNIOR

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM ESTUDO DE CASO
EM UMA EMPRESA DO RAMO DE COMBUSTÍVEIS LOCALIZADA EM CRICIÚMA
OPTANTE PELO LUCRO REAL**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado para obtenção do grau de
bacharel no curso de Ciências Contábeis
da Universidade do Extremo Sul
Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Clayton Schueroff.

CRICIÚMA

2014

CLAUDIO ELIAS JUNIOR

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM ESTUDO DE CASO
EM UMA EMPRESA DO RAMO DE COMBUSTÍVEIS LOCALIZADA EM CRICIUMA
OPTANTE PELO LUCRO REAL**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado para obtenção do grau de
bacharel no curso de Ciências Contábeis
da Universidade do Extremo Sul
Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Clayton Schueroff

Criciúma, Dezembro de 2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. – Clayton Schueroff – UNESC - Orientador

Prof. Esp. – Luiz Henrique Daufembach – UNESC - Examinador 1

Dedico este trabalho a minha família pelo apoio constante e incentivador durante todo o período da graduação. Aos meus pais Claudio e Cida, as minhas irmãs Michelli e Mirelli e a minha namorada Hérica. A eles, que se doaram a cada dia, meu imenso agradecimento.

AGRADECIMENTOS

Á Deus por todas as dádivas concedidas, força maior que me escuta mesmo quando dele não lembro.

Á meus pais Claudio e Cida que tenho imenso orgulho e a quem tudo devo, uma vida inteira de dedicação, amizade e amor. Pessoas inesquecíveis e insubstituíveis.

Á minhas irmãs Mirelli e Michelli e seu Esposo Daniel que me ajudaram muito e sempre estiveram e estão presentes nos momentos de dificuldades, um carinho imenso também ao meu sobrinho Marcos Vinicius que proporciona vários momentos de alegria e descontração.

Aos meus avós que sempre serviram de espelho pela sua ética e honestidade, pessoas simples que merecem toda minha admiração e respeito.

Á minha namorada Hérica que durante todo o curso se fez presente ao meu lado apoiando, incentivando e contribuindo servindo de fonte inspiradora e por quem busco ser melhor a cada dia.

Á meu orientador Prof. Esp. Clayton Schueroff pela dedicação e esforço para elaboração deste trabalho. E a todos os professores que fazem parte do curso de Ciências Contábeis da Unesc que dão o melhor de si para formar novos profissionais.

A todos o meu Muito Obrigado!

“Suba o primeiro degrau com fé. Não é necessário que você veja toda a escada. Apenas dê o primeiro passo.”

(Martin Luther King).

RESUMO

ELIAS, Claudio Junior. **Análise das Demonstrações Contábeis: um estudo de caso em uma empresa do ramo de combustíveis localizada em Criciúma optante pelo Lucro Real.** 2014. 65 p. Orientador: Clayton Schueroff. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC. Criciúma – SC.

Através das análises das demonstrações contábeis, é possível conhecer uma empresa em seus aspectos econômicos e financeiros, essa informação torna-se ponto importante para a tomada de decisões e para o conhecimento de diversos usuários ligados direta ou indiretamente à organização. Este estudo tem por objetivo avaliar a atual situação econômico-financeira de uma empresa tributada pelo lucro real. Para concretizar o objetivo proposto utiliza-se a pesquisa descritiva com levantamentos qualitativos e quantitativos, e um estudo de caso em uma empresa do ramo de combustíveis localizada em Criciúma, optante pelo lucro real. Através das análises efetuadas no Balanço Patrimonial da entidade durante o período compreendido entre os anos de 2011, 2012 e 2013 pode ser apontado as seguintes conclusões: a) A empresa possui a menor parte de seus recursos investidos no imobilizado, o que é apropriado ao segmento da mesma; b) A sobra líquida tem diminuído a cada ano, comparando-se o último período ao primeiro, em decorrência principalmente da diminuição na venda do principal produto comercializado pela empresa, e pela constante das despesas que não reduziu conforme a queda nas vendas; c) Percebe-se que a empresa vem oscilando o valor de suas vendas ano a ano, em relação aos seus investimentos. A análise das demonstrações contábeis revelou as variações importantes do período estudado, sinalizando as principais fragilidades da organização que são as necessidades de recursos. As principais recomendações são: controlar os custos e despesas no intuito de aumentar a sobra final e preferencialmente utilizar cada vez mais recursos próprios para financiar seu capital de giro. Conclui-se que a situação financeira a curto prazo da organização, é insatisfatória, pois possui um índice muito alto de exigibilidade em um período curto de tempo. Contudo, ela possui uma movimentação operacional importante e dispõe de um produto que mundialmente é muito comercializado e que não possui sazonalidades, o que gera uma expectativa favorável em relação ao retorno dos investimentos realizados.

Palavras-chave: Análise Patrimonial, econômica e financeira. Informações. Indicadores Operacionais

LISTA DE SIGLAS

AC = Ativo Circulante

AH = Análise Horizontal

ANC = Ativo Não Circulante

AT = Ativo Total

AV = Análise Vertical

BP = Balanço Patrimonial

CPC = Comitê de Pronunciamentos Contábeis

DFC = Demonstração dos Fluxos de Caixa

DLPA = Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

DMPL = Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DOAR = Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos

DR = Demonstração do Resultado

DRE = Demonstração do Resultado do Exercício

DVA = Demonstração do Valor Adicionado

LL = Lucro Líquido

LP = Longo Prazo

LS = Liquidez Seca

ML = Margem Líquida

PC = Passivo Circulante

PL = Patrimônio Líquido

RLP = Realizável a Longo Prazo

SC = Santa Catarina

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	12
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	13
1.2.1 Objetivo Geral.....	13
1.2.2 Objetivo Específico.....	13
1.3 JUSTIFICATIVA.....	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1 CONTABILIDADE.....	16
2.1.1 Contabilidade Gerencial.....	17
2.1.2 Contabilidade Financeira.....	18
2.1.3 Demonstrações Contábeis.....	19
2.1.3.1 Balanço Patrimonial.....	20
2.1.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.....	21
2.1.3.3 Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA.....	22
2.1.3.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL.....	23
2.1.3.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC.....	25
2.1.3.6 Demonstração do Valor Adicionado - DVA.....	27
2.2 ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	28
2.2.1 Métodos de Análise.....	29
2.2.1.1 Análise Vertical.....	30
2.2.1.2 Análise Horizontal.....	31
2.2.1.3 Relação entre as Análises Vertical e Horizontal.....	31
2.2.2 Análise por Meio de Índices.....	32
2.2.2.1 Índices de Liquidez.....	33
2.2.2.1.1 Liquidez Corrente.....	34
2.2.2.1.2 Liquidez Seca.....	35
2.2.2.1.3 Liquidez Geral.....	37

2.2.2.1.4	Liquidez Imediata.....	37
2.2.2.2	Indicadores de Endividamento.....	38
2.2.2.2.1	Participação do Capital de Terceiros sobre os Recursos Totais.....	39
2.2.2.2.2	Participação de Capitais de Terceiros / Próprios.....	40
2.2.2.2.3	Composição de Endividamento.....	41
2.2.2.2.4	Endividamento Total ou Geral.....	42
2.2.2.2.5	Imobilização do Patrimônio Líquido.....	42
2.2.3	Índices de Rentabilidade.....	43
2.2.3.1	Giro do Ativo.....	43
2.2.3.2	Margem de Lucro Bruto.....	44
2.2.3.3	Margem de Lucro Operacional.....	45
2.2.3.4	Margem Líquida.....	45
2.2.3.5	Rentabilidade do Ativo.....	46
2.2.3.6	Rentabilidade do Patrimônio Líquido.....	47
3	METODOLOGIA.....	48
3	ESTUDO DE CASO.....	49
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA.....	49
3.2	PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS.....	49
3.3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	50
3.3.1	Análise Patrimonial.....	50
3.3.1.1	Análise Horizontal (AH).....	50
3.3.1.2	Análise Vertical (AV).....	54
3.3.1.3	Análise dos Indicadores Financeiros.....	56
3.3.1.4	Análise dos Indicadores Econômicos.....	59
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
	REFERENCIAS.....	64

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo aborda-se, inicialmente, o tema em estudo. Posterior é evidenciado o problema, os objetivos gerais e específicos e, por fim, a justificativa, onde se apresenta a importância do tema.

1.1 TEMA E PROBLEMA

A entidade, na sua composição, é, entre outras variáveis, o espelho das ações e do empenho desenvolvidos pelo gestor. A sua existência, frente ao mercado de atuação, está ligada, principalmente, às mudanças no sentido estratégico de gerar resultados a fim de contemplar as necessidades reais da empresa.

Sempre observando o cenário atual é imprescindível conhecer o mercado onde a empresa está inserida, buscando novas tecnologias e produtos de alta qualidade. Algumas adequações são necessárias face às inovações do meio. Muitas organizações estagnaram e ficaram para trás enquanto outras, com menor tempo de atividade, deram um salto e conseguiram atingir a liderança. É necessário fazer previsões respeitando, dessa maneira, um dos fundamentais princípios da contabilidade: o da continuidade.

Alguns métodos propostos pelos dirigentes das organizações auxiliam as mesmas a permanecerem competitivas no mercado. Para formulação destes, se faz necessário ter sempre, à disposição, os demonstrativos contábeis preparados a partir dos acontecimentos ocorridos durante os períodos. Isso possibilita a clareza nas informações a cerca dos problemas e a correta tomada de decisão.

Muitos usuários têm dificuldades em interpretar os demonstrativos devido à linguagem específica técnica. Dessa maneira, é importante ter o acompanhamento de um profissional com qualificação suficiente para interpretar e repassar aos interessados, com clareza e objetividade, o real desempenho da entidade.

É possível mostrar a eficiência da organização e se os recursos por ela disponibilizados estão colocados de maneira correta através da análise econômico-financeira. Os indicadores ajudam e muito na qualificação, podendo demonstrar a real necessidade de capital próprio ou de terceiros através dos índices de liquidez, endividamento e capital de giro. Assim, podem-se comparar as vendas com o

montante do lucro e o montante das despesas, estar atento à lucratividade gerada pelos investimentos e pelo capital próprio, qualificando economicamente a empresa.

Por fim, é permitido conhecer as necessidades através das ferramentas que a contabilidade oferece. Desta maneira, a atuação em um setor com algum tipo de dificuldade é mais coesa e precisa. Além de ser uma importante informação para os gestores e credores, os interessados externos também podem utilizar as análises para conhecer a organização, proporcionando maior segurança no momento de financiar capital, a exemplos de entidades de crédito como bancos e financeiras, ou fornecimento de produtos no caso dos fornecedores.

Diante do exposto, apresenta-se o seguinte problema: Qual a situação econômico-financeira de uma empresa do ramo de combustíveis localizado no município de Criciúma-SC optante pelo lucro real?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Os objetivos do presente trabalho estão divididos em: objetivo geral e objetivos específicos.

1.2.1 Objetivos Gerais e Específicos

Este estudo tem por objetivo geral analisar a situação econômico-financeira de uma empresa de combustíveis, optante pelo lucro real, através das análises das demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, com referência aos períodos compreendidos entre 2011 a 2013.

Partindo do princípio geral definiram-se os objetivos específicos como seguem:

- Contextualizar a contabilidade como ferramenta para seus usuários na tomada de decisões;
- Evidenciar os indicadores de endividamento, liquidez e rentabilidade;

- Calcular os Indicadores através do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício entre os períodos de 2011 a 2013.

1.3 JUSTIFICATIVA

Manter-se firme perante o mercado é um desafio devido às mudanças resultantes da globalização. O gestor deve estar sempre preparado para enfrentar os desafios que impactam o dia a dia das organizações. O trabalho é ainda maior se a procura é por obter um crescimento considerável perante os concorrentes.

Para conseguir alcançar as metas propostas e tomar corretas decisões é essencial que o setor gerencial esteja organizado com as informações dos demonstrativos. Essas informações, que são de interesse dos mais variados usuários, principalmente os internos como funcionários e proprietários e os externos representados, entre outros, pelas instituições financeiras e fornecedores, devem representar com segurança a atual situação econômica e financeira da entidade.

Criar um próprio modelo de gerir a organização requer além de muito conhecimento um posicionamento crítico e pessoal. A pessoa que está à frente de tudo deve, constantemente, rever o seu modelo. A análise através do balanço é um ponto essencial para identificar as principais potencialidades e fraquezas da entidade. Além do mais revela alguns pontos que ocasionaram chegar à situação atual.

A contribuição social deste trabalho busca auxiliar o gerenciamento das organizações, apresentando conceitos para as empresas que não utilizam nem um tipo de ferramenta para análise de seus números. Também visa à valorização por parte dos gestores da contabilidade e dos profissionais que têm habilidades para interpretar e traduzir as informações.

Na contribuição prática são evidenciados os métodos atuais de análise. Isso contribui para que os profissionais atentem sobre a real necessidade de verificar as informações que são geradas pela contabilidade, pois entre outras formas, essas informações são muito usadas gerencialmente.

No meio acadêmico este estudo visa servir de fonte pesquisadora permitindo com que os graduandos possam compreender, de forma clara e objetiva, os métodos e os conceitos no que diz respeito à análise das informações contábeis. Também procura demonstrar a importância do papel do gestor dentro da organização e o uso correto dessas informações para serem pontos decisivos na hora de mudar a direção, procurando definir novos rumos para o futuro.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será explanado sobre o tema abordado. Inicialmente é feito uma releitura elencando os principais conceitos de contabilidade geral e financeira. Na sequência serão abordados as demonstrações contábeis utilizadas para base de dados do estudo de caso.

2.1 CONTABILIDADE

Existem relatos da pré-história que origem da contabilidade está atrelada à necessidade de fazer o controle e o planejamento do patrimônio através dos vários registros. Não é possível saber, com exatidão, o período, porém para alguns historiadores, como *Aristóteles*, há mais de 2 mil anos já se refletia sobre uma ciência que iria controlar a riqueza. Com o passar dos anos surge a imprensa e seus impressos e a obra de *Frei Paccioli*, em 1494, onde se encontrava, em um de seus capítulos, registros sobre métodos empregados por mercadores que mais tarde vêm a se chamar método das partidas dobradas.

Alguns humanos, através do seu instinto de posse, já controlavam seus bens através da técnica de inventário. Dessa forma é notório que a contabilidade se desenvolveu, ao longo dos séculos, devido às atividades mercantis, econômicas e sociais. Tem a função de controlar e apurar e prestar informações sobre a entidade.

De acordo com Ludícibus (2010, p. 21),

a Contabilidade, na qualidade de ciência social aplicada, com metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja esta pessoa física, entidades de finalidades não lucrativas, empresa, seja mesmo pessoa de direito público, tais como Estado, Município, União, Autarquia, etc. tem um campo de atuação muito amplo.(IUDICIBUS, 2010 p.21).

É importante atentar também o fato de que as entidades buscam na realização de suas atividades, independente de qual a seja, a obtenção de lucro. Na opinião de Ludícibus (2010), a contabilidade, em sua função principal, visa medir esse lucro e reportar a posição patrimonial da empresa em determinados momentos. A contabilidade junto aos conceitos oriundos da economia, administração e direito, percebe-se a sua importância e propriedade, também se entendem mudanças

ocorridas no tempo e no espaço, parcial ou totalmente, fazendo com que ocorra adaptação vista às atuais condições econômicas e sociais e as políticas de cada época.

2.1.1 Contabilidade Gerencial

As várias mudanças ocorridas no dia a dia do mundo dos negócios fazem com que as entidades estejam cada vez mais preparadas para ultrapassar as barreiras e criar estratégias a fim de mantê-las no mercado e em uma posição confortável. Na maioria dos casos as decisões tomadas pela diretoria da entidade são as que irão definir no futuro a sua ascensão ou o seu temido fracasso.

Neste contexto, o autor Braga (2006) comenta que o alcance dos objetivos sociais implicam na especialização de pessoal e que nenhum indivíduo domina sozinho todas as áreas da empresa, sendo necessário reunir esforços de diversos profissionais com especialidades distintas, de modo a obter um conjunto de informações de qualidade necessárias à tomada de decisões.

Depois de produzidas, através das demonstrações, as informações contábeis têm o objetivo de conduzir todo o planejamento já efetuado. Esse processo de acordo com Ludícibus (2007, p. 25):

[...] consiste em considerar vários cursos alternativos de ação e decidir qual o melhor. Planejamento (que deve ser diferenciado de simples previsão) pode abranger um segmento da empresa ou toda a empresa. A informação contábil, principalmente no que se refere ao estabelecimento de padrões ou *standards* e ao inter-relacionamento da contabilidade com os planos orçamentários, é de grande utilidade no planejamento empresarial. Mesmo em caso de decisões isoladas sobre várias alternativas possíveis, normalmente utiliza-se grande quantidade de informação contábil.

Para a contabilidade gerencial a informação contábil, em sua importância, pode ser comparada ao planejamento estratégico, ou seja, às informações emitidas pelos relatórios das demonstrações contábeis possuem dados de uma forma muito técnica. Desse modo são inviáveis as informações para aqueles que não possuem uma formação específica. Há uma necessidade muito grande, por parte dos gestores, de informações claras e precisas para que possam tomar as corretas decisões. Assim, as informações contábeis devem ser relevantes, oportunas e as ações de que resultam tais informações sejam passíveis de controle. (CREPALDI, 2013).

Braga (2006) conceitua que controle tem a função de regular e restringir atividades. Assim os resultados alcançados são avaliados de modo a verificar se as metas propostas tiveram sucesso, se ocorreram em tempo hábil, se houve distorções referentes aos planos, se os recursos foram utilizados de maneira eficaz e etc.

Com isso a contabilidade gerencial nos propõe a transformação de dados em informações que sejam de importância para os usuários. Informações estas que facilitam a compreensão de modo a permitir executar os planejamentos para que a tomada de decisões seja feita da melhor maneira possível modernizando o processo de gerir a entidade.

2.1.2 Contabilidade Financeira

A contabilidade financeira é uma segmentação dos importantes pontos da contabilidade geral. Conforme Fávero (2009) tem a finalidade de divulgação para o mercado de acordo com a regulamentação específica de cada país ou região.

Em um amplo contexto o principal objetivo dessa segmentação pode, muitas vezes, ser confundido com o princípio das demonstrações contábeis visto as normas para vinculação externa. Desse modo Frezatti (2007) assim designa os principais órgãos reguladores:

IASB (1989) – O objetivo das demonstrações contábeis é dar informações sobre a posição financeira, os resultados e as mudanças na posição financeira de uma empresa que sejam uteis a um grande numero de usuários em suas tomadas de decisão.

FASB (1980) – A divulgação financeira deve fornecer informações que sejam uteis para investidores e credores atuais e em potencial bem como para outros usuários que visem à tomada racional de decisões de investimento, crédito e outras semelhantes.

CVM (1986) – Permitir, a cada grupo principal de usuários, a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras. Para a consecução desse objetivo, é preciso que as empresas deem ênfase a evidenciação de todas as informações que permitam não só a avaliação da situação patrimonial e das mutações desse patrimônio, mas além disso, que possibilitem a realização de inferências sobre o seu futuro. (FREZATTI, 2007, p.3)

Em resumo pode-se dizer que a forma em que a contabilidade financeira atua é no sentido de preparar as demonstrações de acordo com as normas e regulamentações específicas. Sendo assim, informa aos diversos usuários das informações a real situação e colocação econômico-financeira da entidade a fim de

contribuir para que possa tomar uma ou mais decisões em diversos âmbitos a que se destinam as demonstrações.

2.1.3 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis ou financeiras são elaboradas por determinação de legislação ao final de cada exercício social de acordo com a escrituração contábil, devendo revelar, claramente, a situação do patrimônio da empresa e suas alterações.

As Demonstrações Contábeis, elencadas por Crepaldi (2013) em acordo com o artigo 176 da Lei 6.404/76, são:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício- DRE
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa- DFC,
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido- DMPL
- Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados- DLPA
- Demonstração do Valor Adicionado – DVA (obrigatória à Companhias abertas)

Ainda de acordo com o autor, o parágrafo 4º da Lei 6.404/1976 prevê que as demonstrações devem ser complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis que permitam esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

2.1.3.1 Balanço Patrimonial

A principal função do balanço patrimonial é representar a posição financeira-patrimonial de uma organização, em data pré-fixada, ou seja, demonstra a posição estática da entidade. Segundo Crepaldi (2013), é um demonstrativo contábil, que em dado momento, apresenta de forma sintética e ordenada as contas patrimoniais agrupadas de acordo com a natureza dos bens, direitos ou obrigações que representam.

Para Perez Junior e Begalli (2009), o objetivo básico do Balanço é apresentar o patrimônio da entidade, isto é, seus ativos, passivos e patrimônio líquido em determinado momento.

Na sequência apresenta-se um modelo simplificado de Balanço Patrimonial:

Quadro 1 – Estrutura do Balanço Patrimonial

ATIVO (+) BENS DIREITOS	PASSIVO (-) OBRIGAÇÕES
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Fonte: Crepaldi (2013, p. 210)

Para Ludícibus (2010) é uma das demonstrações mais importantes visto que revela a situação financeira e patrimonial de uma organização e onde, claramente, vislumbra-se o ativo, cujos componentes encontram-se do lado esquerdo do balanço, e em linhas gerais representam bens e direitos da empresa. O passivo que se encontra no lado direito do balanço, e demonstra as obrigações a pagar com terceiros. E o patrimônio líquido que é a diferença entre o ativo e o passivo.

Os componentes do balanço patrimonial são assim definidos conforme Ludícibus, et al. (2014, p. 2):

- **Ativo:** Compreende os recursos controlados por uma entidade e dos quais se esperam benefícios econômicos e futuros.
- **Passivo:** Compreende as exigibilidades e obrigações.
- **Patrimônio Líquido:** Representa a diferença entre o ativo e o passivo, ou seja, o valor líquido da empresa.

Ainda o mesmo autor revela que a disposição das contas no ativo deverá ser na ordem decrescente de grau de liquidez, e no passivo em ordem decrescente de prioridade de pagamento das exigibilidades. Ou seja, no ativo são apresentadas primeiro as contas que mais rapidamente são convertidas em disponibilidades, iniciando com o disponível em caixa e bancos e, posterior, contas a receber, estoques e assim sucessivamente. No Passivo, classifica-se primeiro as contas cuja exigibilidade ocorre antes.

2.1.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Nessa demonstração contábil são evidenciadas as contas de resultado referentes às receitas e despesas de determinado período que interferem diretamente no resultado do mesmo.

Conforme Ludícibus (2010), a finalidade de mostrar a situação patrimonial e econômica financeira é alcançada por dois relatórios: o balanço patrimonial e a DRE, em que um complementa o outro. Essa demonstração é reflexo do balanço patrimonial, pois através dela é possível observar as variações que alteram o patrimônio líquido da entidade no período entre dois balanços patrimoniais.

Na opinião de Assaf Neto (2012) a DRE visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (lucro ou prejuízo) auferidos pela empresa em determinado exercício social, os quais são transferidos para conta do Patrimônio Líquido.

Crepaldi (2013, p.265) descreve sobre as principais contas que fazem parte da DRE:

- Receitas;
- Custo dos produtos, das mercadorias ou dos serviços vendidos;
- Lucro bruto;
- Despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais;
- Parcelas dos resultados de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial;
- Resultado antes das receitas e despesas financeiras;
- Despesas e receitas financeiras;
- Resultado antes dos tributos sobre o lucro;
- Despesa com tributos sobre o lucro;
- Resultado líquido das operações continuadas;
- Resultado Líquido do Período. (CREPALDI, 2013 p. 265).

A seguir um exemplo ilustrado de DRE.

Quadro 2 – Demonstrativo do Resultado – DRE;

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Receita Bruta de Vendas e Serviços
(-) Impostos s/ vendas e serviços
(=) Receita Líquida
(-) Custo da Mercadoria Vendida
(=) Lucro Bruto
(+/-) Receitas e Despesas Operacionais
(+/-) Resultado com Equivalência Patrimonial
(=) Resultado antes do IRPJ e CSLL
(-) Provisão para IRPJ e CSLL
(=) Resultado Líquido do Período

Fonte: Adaptado de Crepaldi (2013, p, 265)

Na DRE é possível identificar algumas variáveis que fazem parte do resultado da entidade. Uma margem de lucro com queda acentuada ou despesas com a administração são exemplos de comprometimento do capital. É uma demonstração de caráter obrigatório e uma ótima ferramenta de análise de gestão.

2.1.3.3 Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA

Com essa demonstração contábil é possível identificar o que provocou a mudança no saldo da conta lucros e prejuízos acumulados da entidade Também é possível observar o destino dado ao lucro obtido no exercício. Conforme Ribeiro (2011), a DLPA é um relatório contábil que tem por finalidade evidenciar a Destinação do Lucro Líquido apurado no final de cada exercício social.

Logo que se apura o lucro obtido no exercício corrente através da Demonstração do Resultado do Exercício o mesmo é transcrito para a DLPA a fim de registrar a sua distribuição. Segundo o mesmo autor o lucro líquido apurado no final de cada exercício social deve ser destinado à compensação de prejuízos, à constituição de reservas, ao aumento do capital e à distribuição de dividendos. Após a distribuição na DLPA é feita a indicação desses movimentos no BP.

Para elaborar essa demonstração deve-se partir do saldo inicial do exercício. Após efetuar os registros de ajustes, adições, subtrações obtêm-se o saldo final que

deve aparecer no Balanço Patrimonial. A DLPA deve ser estruturada observando-se a disciplina contida no artigo 186 da Lei 6.404/76 como segue:

- O saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;
- As reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;
- As transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

Assim como a DRE a DLPA também é apresentada no formato vertical conforme o exemplo a seguir:

Quadro 3 – Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA;

Descrição	Exercício Atual \$	Exercício Anterior \$
1. Saldo no início do período		
2. Ajustes de exercícios anteriores		
3. Saldo ajustado		
4. Lucro ou Prejuízo do Exercício		
5. Reversão de Reservas		
6. Saldo a Disposição		
7. Destinação do Exercício		
o Reserva Legal		
o Reserva Estatutária		
o Reserva para Contingência		
o Outras Reservas		
o Dividendos Obrigatórios (\$ por ação)		
o Juros sobre o Capital Próprio		
8. Saldo no fim do exercício		

Fonte: Ribeiro (2011, p. 73)

2.1.3.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

É através desta demonstração que se podem observar as variações ocorridas no Patrimônio Líquido. Ela engloba todas as contas deste grupo. Faz clara indicação do fluxo de uma conta para outra e indica a origem e o valor de cada acréscimo ou diminuição no PL durante o exercício. Segundo Perez Junior e Begalli (2009, p. 170),

o patrimônio líquido de uma empresa representa a riqueza real da entidade e pode ser interpretado como sendo os ativos líquidos pertencentes aos

proprietários, ou seja, bens mais direitos menos obrigações e constituem direito comum desses mesmos proprietários. Corresponde ao chamado capital próprio, ou seja, provenientes de proprietários, e dos lucros ou prejuízos decorrentes das atividades da empresa. (PEREZ JUNIOR E BEGALLI, 2009 p. 170)

Em se tratando de DMPL Ludícius (2010) considera o mais completo que a DLPA é fundamental para a elaboração da DOAR, a qual foi substituída a obrigação de elaboração pela demonstração dos fluxos de caixa. Sua importância torna-se mais acentuada em face dos critérios da Lei, pois a demonstração indicará, claramente, a formação e a utilização de todas as reservas, e não apenas das originadas pelo lucro.

Para Assaf Neto (2012), a DMPL é um demonstrativo contábil mais abrangente que a DLPA integrando, de forma obrigatória, o conjunto de demonstrações contábeis apuradas pelas companhias. Para a elaboração dessa demonstração são obtidas as fichas de razão das movimentações contábeis que exerçam influências (aumentando ou diminuindo) sobre os saldos das contas do patrimônio líquido.

A Lei societária estabelece que a empresa poderá elaborar e publicar a demonstração das mutações do patrimônio líquido em substituição á demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, posto que esta estará incluída naquela.

Para Braga (2009, p. 102), essa demonstração tem por objetivo facilitar a análise das modificações ocorridas nos componentes do patrimônio líquido, durante determinado período, geralmente o exercício social. Do ponto de vista gerencial, e para análise, essa demonstração permite uma visão mais adequada do comportamento dos capitais próprios da empresa, possibilitando identificar as alterações.

O quadro a seguir ilustra uma possível estrutura de DMPL:

Quadro 4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL;

	Capital	Reservas de Capital		Reservas de Lucros			Total
		Ágio na Subscrição de Capital	Alienação de partes beneficiárias	Legal	Estatutária	Lucros Acumulados	
1 de Janeiro de XXXX							
Ajuste do exercício Anterior							
Aumento de Capital com reservas							
Lucro Líquido do Exercício							
Apropriações do Lucro Líquido							

Fonte Adaptado de Perez Junior e Begalli (2009)

2.1.3.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

Essa demonstração contábil foi gerada a partir da substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) introduzidos pela lei 11.638/07 Embora a DOAR seja considerada pelos especialistas como uma demonstração mais rica em termos de informações, sua substituição se deu devido a conceitos nela inseridos que não eram facilmente compreendidos pelos usuários.

Conforme Almeida (2014, p. 186),

o objetivo da DFC é fornecer informações relevantes sobre recebimentos e pagamentos de caixa de uma companhia durante certo período, de maneira a proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade da entidade de gerar caixa e equivalente de caixa, bem como de entender as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa. (ALMEIDA, 2014 p. 186).

A demonstração do fluxo de caixa visa mostrar como ocorreram as movimentações de disponibilidades em um dado período de tempo. Essa demonstração é obrigatória pela Lei das Sociedades por Ações e o CFC a tornou obrigatória para todas as demais sociedades. Crepaldi (2013) relata que as entidades necessitam de caixa, essencialmente, pelas mesmas razões, por mais diferentes que sejam as suas principais atividades geradoras de receita.

Sobre os métodos de elaboração da DFC Assaf Neto (2012, p. 98),

A legislação permite que a DFC seja elaborada tanto pelo método direto como pelo método indireto. As companhias brasileiras são incentivadas a adotarem o método indireto. O método indireto parte do lucro líquido do exercício para se conciliar com o caixa gerado pelas operações. O método direto destaca as movimentações financeiras explicitando as entradas e saídas de recursos de cada componente da atividade operacional, como recebimento de vendas, pagamentos de juros e impostos etc. (ASSAF NETO, 2012 p. 98).

A seguir apresenta-se um exemplo de DFC pelo método Indireto e Direto:

Quadro 5: Demonstrações do Fluxo de Caixa – DFC;

Atividades Operacionais		
Lucro Líquido		
(+) Depreciação		
(-) Lucro Venda Imobilizado		
Lucro Ajustado		
Aumento em Duplicatas a Receber		
Aumento em Estoques		
Aumento em Fornecedores		
/Redução em salários a pagar		
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais		
Atividades e Investimento		
Rec. Pela venda de imobilizado		
Caixa Líquido Consumido nas atividades de Investimento		
Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital		
Empréstimos de Curto Prazo		
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento		
Aumento Líquido nas Disponibilidades		
Saldo de Caixa + Equivalentes de Caixa em X0		
Saldo de Caixa + Equivalentes de Caixa em X1		

Fonte: Adaptado de Ludícibus et al (2010)

Quadro 6: Demonstrações do Fluxo de Caixa – DFC;

Atividades Operacionais		
Receita recebida		
Pagamento de fornecedores		
Despesas operacionais		
= Caixa Gerado		
Atividades de Financiamento		
Novos empréstimos		
Amortização de financiamentos		
= Caixa após Financiamentos		
Atividades de Investimento		
Aquisição de novos investimentos		
RESULTADO DE CAIXA NO PERÍODO		

2.1.3.6 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Esse demonstrativo reporta-se sobre o valor agregado da riqueza de uma organização a cada fatia social. Na visão de Assaf Neto (2012) é um excelente instrumento macroeconômico servindo para mensurar a riqueza gerada pelas atividades das empresas.

Almeida (2014) discorre que a DVA evidencia o quanto de riqueza uma empresa produziu, ou seja, o quanto ela adicionou de valor, e de que forma essa riqueza foi distribuída, entre empregados, governo, acionistas, e quanto ficou na empresa. O objetivo dessa demonstração contábil é apresentar o montante do valor adicionado pela sociedade e sua forma de distribuição.

Crepaldi (2013, p. 287),

A DVA esta fundamentada em conceitos macroeconômicos, buscando apresentar, eliminados os valores que representam dupla contagem, a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do produto interno bruto (PIB). Essa demonstração apresenta o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período.

Porém, existem diferenças temporais entre o modelo contábil e econômico. Para o cálculo do PIB a ciência econômica baseia-se na produção, enquanto a contabilidade utiliza a realização da receita, ou seja, obedece ao regime contábil da competência. A seguir um exemplo básico da estrutura de uma DVA:

Quadro 7 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

Valor Adicionado Gerado	20x1	20x2
○ Pela Sociedade		
○ Transferido de Outras Sociedades		
Total		
Valor Adicionado Distribuído		
○ Empregados		
○ Financiadores		
○ Acionistas		
○ Governo		
○ Outros		
○ Parcela Retida para Investimento		
Total		

Fonte: Almeida (2014, p. 209)

2.2 ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

São diversos os usuários interessados em saber o que acontece com as entidades, sejam eles funcionários, sócios, fornecedores, clientes, governo, entre outros. Muitos deles não entendem os relatórios contábeis produzidos sendo necessário um estudo que propicie esse entendimento.

Na abordagem de Lins (2012) a análise das demonstrações contábeis assume importância fundamental no processo decisório, constituindo-se um relevante instrumento de avaliação de desempenho, oferecendo indicadores das perspectivas econômicas e financeiras da empresa.

Os objetivos gerais da Análise de Balanços são extrair os dados dos demonstrativos contábeis, convertendo-os em informações, as quais são utilizadas

para obter conclusões sobre as situações econômicas, financeira e operacional da empresa possibilitando a tomada de decisões. (PEREZ JUNIOR; BEGALLI, 2009).

Conforme Ludícibus (2010, p. 02), a Análise de Balanços pode ser definida como o “estudo da situação patrimonial da entidade, através da decomposição, comparação e interpretação do conteúdo das demonstrações contábeis, visando obter situações analíticas e precisas sobre a situação geral da empresa”.

Qualquer informação divulgada desde que atendam às normas de elaboração e divulgação têm condições de serem analisadas e interpretadas. Para serem divulgadas as demonstrações contábeis devem ser analisadas e devem ter os registros contábeis perfeitos. Assim é altamente recomendada à auditoria nos relatórios para que as informações sejam efetivamente uteis.

Em relação à qualidade das informações Perez Junior e Begalli (2009, p. 230) discorrem que as mesmas devem apresentar alguns atributos:

- Confiabilidade, com relatórios precisos auditados;
- Abrangência, com a informação de todo o movimento da empresa;
- Objetividade, com destaques nos pontos mais importantes;
- Oportunidade, com dados atuais.

Lins (2012) reforça que as empresas precisam dar ênfase à evidenciação de todas as informações que permitem a correta avaliação de sua situação patrimonial e das mutações do seu patrimônio.

2.2.1 Métodos de Análise

Não existe um conjunto perfeito nem fórmulas exatas para o sucesso de uma organização, porém existem métodos e etapas que auxiliam na interpretação e entendimento de vários demonstrativos contábeis. Através da análise é possível identificar, entre outros, a situação real que se passa na entidade e também a situação histórica ao longo dos períodos. Para que se faça valer tal análise, existem alguns métodos que possibilitam identificar diversas variáveis, entre eles:

- Análise Vertical
- Análise Temporal ou Horizontal
- A seguir será discorrido sobre os métodos apresentados evidenciando suas principais diferenças.

2.2.1.1 Análise Vertical

Para Martins (2014, p. 109), a análise vertical é realizada mediante a extração de relacionamentos percentuais entre itens pertencentes à demonstração financeira de um mesmo período. Neste tipo de análise são considerados os dados de um mesmo período e é calculado por meio da divisão de uma grandeza por outra. No balanço patrimonial através de convenção ficou definido que 100% é o valor total de um determinado bem a princípio o mais importante do patrimônio e através dele efetua-se uma porcentagem dos demais.

Em relação ao DRE o valor total em percentual é atribuído à receita líquida de vendas. Conforme Padoveze e Benedicto (2011), o fato de atribuir o valor de 100% à receita operacional, torna muito mais significativa à análise da DRE do que a do BP, pois existe uma relação importante entre a estrutura de custos, despesas e vendas, devendo, portanto, ser explorada ao máximo.

Para o autor Matarazzo (2010), por meio da análise vertical no Ativo pode-se verificar onde a empresa aplica seus recursos, ou seja, se no imobilizado, estoques, ou se há uniformidade na distribuição entre as contas. É importante ressaltar que dependendo do tipo de negócio que a empresa atua ela pode ter o valor da conta do imobilizado elevada, enquanto uma prestadora de serviços na maioria dos casos apresenta um valor diminuído.

Este tipo de análise tem no passivo o reflexo nas contas de capitais apresentando

[...] a composição detalhada dos recursos tomados pela empresa, qual a participação dos capitais próprios e de terceiros, qual o percentual de capitais de terceiros a curto e a longo prazo, qual a participação de cada um dos itens de capitais de terceiros (fornecedores, bancos etc.). (MATARAZZO, 2010, p. 176).

Se for feita uma análise de períodos sucessivos, pode-se ter uma base para a projeção do demonstrativo, porém isso requer cuidado, já que se baseia em dados históricos e não leva em conta, por exemplo, as variáveis do processo produtivo: mudanças tecnológicas, custo de insumos, preço de vendas.

2.2.1.2 Análise Horizontal

Através deste tipo de análise é possível comparar indicadores de períodos diversos. O autor Martins (2014) conceitua esse tipo de análise como sendo um processo de análise temporal que permite verificar a evolução das contas individuais e também dos grupos de contas por meio de números-índices.

Para o cálculo deste tipo de análise é muito simples: basta considerar um período como sendo o período base. Após é feita a análise de evolução dos outros períodos em relação ao período base. Matarazzo (2010) discorre que cabe ao analista apenas contextualizar os números, enquadrando os dados à realidade da empresa, explicando, desta forma, as causas de tais variações. Aplicando ao Demonstrativo do Resultado é possível identificar a evolução das contas de despesas e receitas e também do próprio lucro obtido no período.

Conforme Padoveze e Benedicto (2011) a análise horizontal é uma averiguação da evolução, crescimento ou diminuição, que permite identificar a variação positiva ou negativa de um período em relação ao anterior. Ainda revela que considerando a moeda corrente do país, sem expurgo dos efeitos inflacionários, é denominada análise horizontal nominal. Introduzindo-se um índice de inflação para retirar os efeitos inflacionários, obtém-se a análise horizontal real.

2.2.1.3 Relação entre as Análises Vertical e Horizontal

Existe uma grande relação de dependência entre os métodos apresentados. Se não estiverem atrelados eles podem comprometer a análise dos demonstrativos. Para Ribeiro (2011), eles se complementam, devendo ser analisados conjuntamente.

Conforme o autor Matarazzo (2010), o mesmo recomenda justamente que se analisem os demonstrativos pelos dois métodos, e explica que ao fazer a análise horizontal pode ocorrer que um item possua uma evolução bastante significativa. No entanto, ao se realizar a análise vertical, percebe-se que esse item não possui relevância perante o grupo total.

Um exemplo prático é observado no DRE ao efetuarmos uma análise vertical onde podem ser observadas as despesas administrativas com um percentual relativamente baixo perante a receita líquida. Porém analisando horizontalmente é possível observar que o percentual revela-se de outra forma inclusive auferindo o lucro obtido. Com isso é possível afirmar que um método não tem sua eficácia comprovada quando não está acompanhado do outro ou em outras palavras não existe análise horizontal sem análise vertical.

2.2.2 Análise por Meio de Índices

Este tipo de análise evidencia a relação existente entre os grupos e subgrupos das demonstrações auxiliando, desta forma, na análise tanto econômica como financeira da entidade. Conforme Ribeiro (2011), este é o processo mais utilizado pelos analistas de balanços porque oferece visão global da situação econômica e financeira da entidade.

Outros autores definem esse método como o método de quocientes, pois o resultado provém de no mínimo duas unidades físicas ou monetárias. Dessa forma, indicando o quanto que uma conta está contida em outra, basicamente seguindo princípios básicos de matemática como a divisão. Sobre quocientes Ribeiro (2011, p. 152),

de acordo com o interesse do usuário ao qual será dirigido o Relatório de Análise, os analistas poderão extrair das demonstrações financeiras um número maior ou menor de quocientes para analisar. Em geral a análise por meio de quocientes é desenvolvida através dos quocientes que evidenciam o grau de endividamento, a liquidez e a rentabilidade. Entretanto, sempre que as conclusões dos analistas indicarem a necessidade de se conhecer outros detalhes, um número maior de quocientes poderá ser extraído das demonstrações financeiras para ser utilizado. (RIBEIRO, 2011 p. 152).

Os índices na visão de Matarazzo (2010) podem ser divididos em Índices de Estrutura e Índices de Liquidez, que irão revelar a situação financeira da empresa, e os Índices de Rentabilidade que informarão a situação econômica. Perez Junior e Begalli (2009) revelam que um dos principais instrumentos para a avaliação de certos aspectos do desempenho da empresa é a análise de índices econômico-financeiros, calculados basicamente a partir das contas das demonstrações contábeis.

O objetivo principal é realmente analisar se a empresa ao passar do tempo está melhorando ou piorando seus índices em relação aos seus concorrentes. É conveniente fazer um planejamento para realmente definir o que se pretende saber. Para que a análise não seja comprometida deve-se levar em consideração o mercado e o comportamento do setor.

2.2.2.1 Índices de Liquidez

Nas atividades normais dentro das empresas é possível identificar alguns processos básicos como compra e venda de mercadorias. O tempo que esse processo leva para acontecer é conhecido como ciclo de pagamento e ciclo de recebimento.

Pode-se definir como o tempo que se leva para pagar o fornecedor e o tempo que a empresa espera para receber do seu cliente. Para Ribeiro (2011, p. 161), os quocientes de liquidez evidenciam o grau de solvência da empresa em decorrência da existência ou não de solidez financeira que garantiria o pagamento dos compromissos assumidos com terceiros.

A finalidade principal destes índices é de obter o conhecimento do valor disponível para poder cumprir com as obrigações assumidas junto aos fornecedores, instituições de crédito, impostos e encargos sociais.

Para Braga (2009), a análise desse índice interessa, principalmente, aos credores em curto prazo, no entanto, pode sinalizar a necessidade ou não de efetuar empréstimo em curto prazo. Tendo o conhecimento dos prazos envolvendo as operações sejam eles semanais, quinzenais ou mensais o resultado da liquidação será mais preciso.

Padoveze e Benedicto (2010, p. 208),

a construção de um painel de indicadores é uma metodologia que julgamos interessante para o processo de análise, em conjunto com as demonstrações contábeis já apresentadas com as análises vertical e horizontal. Possibilita um foco maior e mais possibilidades de analisar as interações dos indicadores e dos dados das demonstrações financeiras.

Segundo os mesmos autores os indicadores de liquidez têm por objetivo identificar se a empresa possui capacidade de liquidar suas dívidas, situação em

que os bens e direitos (Ativo) são suficientes para cumprir com as obrigações (Passivo). Ou seja, os dados para este tipo de análise são retirados do Balanço Patrimonial. Sendo assim, naquele momento eles são reais, após esse momento várias mudanças podem acontecer alterando o Patrimônio Líquido da entidade. É nessa hora que entra o papel do consultor-analista e sua experiência que deve prever as possibilidades para continuidade da empresa.

De acordo com Matarazzo (2010, p. 82), “assim como um médico usa certos indicadores, como pressão arterial e temperatura, para elaborar o quadro clínico de um paciente, os índices financeiros permitem construir um quadro de avaliação da empresa”. Ou seja, os índices permitem que se tenha uma visão macro da situação econômico-financeira da entidade.

“Quando os indicadores genéricos não são suficientes, o médico solicita exames e testes” (MATARAZZO, 2010 p. 82). Nesse sentido, Martins, Diniz e Miranda (2012) alertam que o importante não é o uso de grande quantidade de índices, mas somente daqueles necessários à compreensão da situação da entidade em análise.

A seguir é apresentado os tipos de índices, suas características e seus objetivos.

2.2.2.1.1 Liquidez Corrente

O cálculo deste índice é dado pela fórmula:

Quadro 1: Fórmula Liquidez Corrente

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Padoveze e Benedicto (2010, p. 149).

Liquidez Corrente é elaborada a partir da Razão entre os direitos em curto prazo da empresa e as dívidas em curto prazo. No Balanço, estas informações são evidenciadas respectivamente, como Ativo Circulante e Passivo Circulante.

O indicador comparara os ativos e passivos circulantes onde a realização e as obrigações dos mesmos são em até 12 meses. Na opinião de Martins, Diniz e Miranda (2014),

o índice de liquidez corrente mostra o quanto a empresa possui de recursos de curto prazo (ativo circulante) para cada real de dividas de curto prazo (passivo circulante). Portanto, se o índice de liquidez for maior que 1, significa que o capital circulante líquido (CCL) da empresa será positivo, sendo assim haverá compatibilidade entre os recursos que se espera receber no curto prazo e aqueles que se espera pagar no curto prazo. (MARTINS, DINIZ E MIRANDA, 2014 p. 127).

Através deste índice é possível indicar a quantidade de recursos que a empresa tem, nos ativos circulantes, para utilização no pagamento dos passivos circulantes. Para Benedicto e Padoveze (2010) este é um indicador estático, o entendimento geral considera bons índices valores acima de 1,00.

Lins (2012), quanto maior for esse indicador melhor. Em principio mostra como esta a situação da empresa em termos de solvência e liquidez. Esse indicador menor do que 1,0 pode significar situação preocupante; em certos casos, pode indicar tendência para situação de insolvência.

2.2.2.1.2 Liquidez Seca

O cálculo deste índice é dado pela fórmula:

Quadro 2: Fórmula Liquidez Seca

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Padoveze e Benedicto (2010, p. 151).

Como observado na fórmula acima este índice se assemelha e muito com a liquidez corrente, porém desconsidera o estoque seguindo a possibilidade de o mesmo não ser vendido. Conforme Perez Junior e Begalli (2009, p. 259), é um índice derivado da liquidez corrente e mostra a capacidade de pagamento de dividas

no curto prazo, considerando a hipótese de a empresa não conseguir vender os estoques.

Ribeiro (2011, p. 166),

este quociente deve ser analisado em conjunto com o quociente de liquidez corrente. Para se obter as conclusões mais precisas além da simples observação da fórmula os mesmos detalhes apresentados para fins de análise do quociente de liquidez corrente são aplicáveis no presente caso, principalmente com relação aos prazos de vencimento de Direitos e Obrigações. (RIBEIRO, 2011 p. 166).

A justificativa da exclusão dos estoques é elencada por Padoveze e Benedicto (2010), como forma de verificar a dependência da empresa com os estoques, para liquidação das dívidas. Porém alguns pontos devem ser analisados como situação de limitação ao usar este índice:

- Em empresas comerciais e industriais os estoques são imprescindíveis para sua operacionalização, ou seja, há de fato a necessidade em investir consideravelmente nessa conta.
- A liquidez seca de um supermercado normalmente é baixa, pois o item estoques possui importante participação na conta ativo circulante, no entanto, baseando-se nele apenas, é equivocado concluir que a empresa esteja com problemas financeiros haja visto, a alta rotatividade que normalmente ocorrem nas vendas de mercadorias e os recebimentos à vista.

Ribeiro (2011) destaca ainda que este seja um dos quocientes mais utilizados pelas instituições financeiras para o fornecimento de créditos aos clientes.

Como elencado pelos autores a aplicação deste índice dependerá da empresa e do seu ramo de atuação. Os supermercados e os atacados de produtos, por exemplo, precisam manter seus níveis de estoque elevados para poder operar. Em outras palavras este índice demonstra a dependência da organização em vender seus estoques para saldar seus compromissos em curto prazo. É possível identificar erros na administração quando uma entidade possuir índice de liquidez seca muito baixo e operando com estoques elevados podendo se manter no mercado e operante da mesma forma, porém com saldo de estoques menores. Essa é uma observação importante a ser repassada aos gestores pela pessoa responsável pela análise dos índices.

2.2.2.1.3 Liquidez Geral

O cálculo deste índice é dado pela fórmula:

Quadro 3: Fórmula Liquidez Geral

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Fonte: Padoveze e Benedicto (2010, p. 153).

Através deste índice é possível verificar a capacidade em longo prazo que o ativo da organização possui para cobrir suas obrigações com vencimento em curto e longo prazo. Segundo Ribeiro (2011, p. 162), “a interpretação deste quociente deve ser direcionada a verificar se a empresa tem solidez financeira suficiente para cobrir os compromissos de curto e de longo prazo assumidos com terceiros”.

Para Assaf Neto (2012), a liquidez geral é utilizada também como uma medida de segurança financeira da empresa em longo prazo, revelando sua capacidade de saldar todos os seus compromissos. E ainda analisando-se profundamente tais recursos podem estar financiando um investimento futuramente rentável.

Perez Junior e Begalli (2009, p. 258),

Indica quanto a empresa possui de ativos realizáveis no curto e longo prazos para cada R\$: 1,00 de dívida com terceiros. É importante conhecer os prazos de vencimento dos direitos e obrigações de longo prazo, pois mesmo apresentando índice favorável, as dívidas podem vencer em prazo mais curto que os direitos.

Observa-se a necessidade de usar este índice adjunto a outros, pois a questão dos prazos curtos e longos serem diferentes pode comprometer a análise.

2.2.2.1.4 Liquidez Imediata

O cálculo deste índice é dado pela fórmula:

Quadro 4: Fórmula Liquidez Imediata

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Padoveze e Benedicto (2010, p. 152).

O próprio nome deste índice já adianta alguma de suas características, ou seja, representa o quanto a empresa possui para saldar as suas dívidas no curto prazo, em outras palavras, imediatamente. Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 129), “como as empresas, geralmente, mantém poucos recursos alocados no grupo disponível, pois eles poderiam estar sujeitos aos efeitos inflacionários, o índice de liquidez imediata, quase sempre, é baixo”.

Analisando o conjunto dos indicadores:

De todos os indicadores de capacidade de pagamento, este é o que realmente se caracteriza como de liquidez, uma vez que trabalha com os elementos patrimoniais do ativo circulante que podem ser disponibilizados imediatamente, ou quase, para pagamento de contas, e são agrupados sob o nome de *disponibilidades*. (PADOVEZE E BENEDICTO, 2010 p. 152)

Na visão de Vasconcelos (2005, p. 69), apesar das limitações, é um indicador importante para empresas que prestam serviços sob contrato necessitando de recursos para a implementação do acordado. Alguns itens podem ser mais bem representados para que o cálculo deste índice seja mais confiável, como por exemplo, trazer o passivo circulante da entidade para o valor presente ou ainda calcular o valor disponível para saldar as obrigações em até sessenta dias.

2.2.2.2 Indicadores de Endividamento

É através dos indicadores de endividamento que se pode conhecer a estrutura do capital que as entidades usam como forma de recursos para suas operações. Conforme Padoveze e Benedicto (2010, p. 154), “a finalidade básica desses indicadores é transformar em percentuais a participação dos valores dos principais grupos representativos do balanço patrimonial, bem como mensurar

percentualmente sua relação com o capital próprio, representado pelo patrimônio líquido”.

Os índices relacionados ao endividamento têm por objetivo demonstrar o limite máximo que a empresa pode alcançar sem comprometer a sua capacidade de geração de recursos e pagamento das obrigações.

Na opinião de Marion (2009), os indicadores de endividamento informam qual o tipo de recurso está sendo utilizado em maior proporção, bem como o vencimento do capital de terceiros, se esta em maior parte no Passivo Circulante ou no Passivo Não Circulante.

Os índices devem ser analisados levando em consideração a atual situação da organização. Caso a empresa contraia uma dívida elevada objetivando a ampliação de sua unidade ou da variedade dos seus produtos pode-se considerar a mesma como sendo sadia, ou seja, as mudanças em tese vão gerar a curto ou em longo prazo geração de recursos que conseqüentemente irão quitá-la.

Em contra partida se a entidade contrair dívida a fim de saldar outras, ela está entrando em um caminho de vulnerabilidade. Não conseguindo obter caixa suficiente para cumprir suas obrigações, fatalmente se não revertido a tempo, poderá levar a falência.

Lins (2012, p.157), comenta que “em linhas gerais comparam elementos do passivo da empresa, para medir a participação do capital de terceiros e de capital próprio no financiamento total das atividades da empresa”. Nos próximos tópicos serão abordados os principais indicadores de endividamento:

2.2.2.2.1 Participação do Capital de Terceiros sobre os Recursos Totais

Indica a proporção de capital de terceiros que a empresa utiliza para financiar suas operações, em relação ao capital próprio. O índice máximo desta análise será 1 e ocorrerá quando a entidade não tiver capital próprio. Este índice é obtido através da seguinte fórmula:

Quadro 5: Fórmula Participação Capital de Terceiros

$$PCT = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{Passivo Total} + \text{Patrim. Líquido}}$$

Fonte: Perez Junior e Begalli (2009, p. 253).

Este indicador revela se a organização utiliza mais recursos próprios ou o de terceiros, e em qual proporção. Para o cálculo é utilizado o capital total da empresa. De acordo com Ludícibus (2009, p. 95), tal índice “expressa a porcentagem que o endividamento representa sobre os fundos totais”.

2.2.2.2.2 Participação de Capitais de Terceiros / Próprios

Este índice é representado pela seguinte fórmula:

Quadro 6: Fórmula Participação Capital de Terceiros

$$PCT = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo Circ.} + \text{Passivo Não Circ.}} \times 100$$

Fonte: Perez Junior e Begalli (2009, p. 253).

Revela o nível de segurança que o capital próprio oferece ao capital de terceiros, identificando a dependência da empresa em relação ao capital de terceiros. Procura responder o quanto a entidade possui de dívidas em relação ao seu próprio capital.

Para Ribeiro (2011), quanto menor for a participação de Capitais de Terceiros na empresa, menor será seu grau de endividamento e maior a liberdade financeira para tomar decisões. É um indicador muito importante, pois serve como base para direcionar uma nova estratégia na empresa.

2.2.2.2.3 Composição de Endividamento

É através deste índice que a empresa passa a conhecer a composição de todo o seu endividamento a curto ou em longo prazo. Para o cálculo utiliza-se a seguinte fórmula:

Quadro 7: Composição do Endividamento

$$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} \times 100$$

Fonte: Perez Junior e Begalli (2009, p. 253).

Em geral, é mais vantajoso para a empresa ter dívidas de longo prazo do que de curto prazo tendo em visto o prazo de vencimento. As dívidas de longo prazo oferecem maior tempo para a empresa efetuar o pagamento. Para Ludícibus (2008, p. 96),

a empresa em franca expansão deve procurar financiá-la, em grande parte, com endividamento de longo prazo, de forma que, à medida que ela ganhe capacidade operacional adicional com a entrada em funcionamento de novos equipamentos e outros recursos de produção, tenha condições de começar a amortizar suas dívidas. Por isso é que se deve evitar começar a amortizar suas dívidas. Por isso é que se deve evitar financiar expansão com empréstimo de curto prazo, a não ser que o período de Payback dos ativos seja curtíssimo, fato que raramente ocorre.

Sobre este mesmo assunto Marion (2009, p. 97) discorre que, se a composição do endividamento indicar maior proporção concentrada no passivo circulante, a empresa poderá, num momento de retração econômica, passar muitas dificuldades para solver seus compromissos, cenário em que as alternativas são poucas, como: “vender seus estoques na base de uma “liquidação forçada” (a qualquer preço), assumir novas dívidas em Curto Prazo que, certamente, terão juros altos e aumentará as despesas financeiras”.

Em um cenário contrário, se a entidade possuir suas obrigações em maior quantidade no longo prazo, o tempo será maior para reavaliar suas estratégias.

2.2.2.2.4 Endividamento Total ou Geral

Este índice é calculado através da seguinte fórmula

Quadro 8: Fórmula Endividamento Total

$$\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

Fonte: Perez Junior e Begalli (2009, p. 253).

Através deste indicador é possível identificar a participação do Capital Próprio da organização empregados em seu Ativo Total. Segundo Neves e Viceconti (2009), existe muita atenção dispensada tanto nesse quociente, quanto na capacidade de pagamento da empresa, já que quanto maior o grau de endividamento dela a grande chance de ela não conseguir cumprir suas obrigações com terceiros é grande.

2.2.2.2.5 Imobilização do Patrimônio Líquido

Este indicador mostra os recursos empregados no Ativo não Circulante da entidade e é obtido através da fórmula:

Quadro 9: Fórmula Imobilização do Patrimônio Líquido

$$\text{IPL} = \frac{\text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Fonte: Perez Junior e Begalli (2009, p. 253).

Segundo Matarazzo (2010), a nomenclatura do grupo realizável a longo prazo representado por investimentos imobilizado e intangível era ativo permanente.

Para a entidade quanto menor for o valor deste índice melhor, pois representa uma folga financeira saber que os recursos livres do Patrimônio Líquido estão financiando o giro da organização, sendo assim não necessita constantemente tomar os recursos de terceiros.

2.2.3 Índices de Rentabilidade

Os índices de rentabilidade são comumente usados para avaliar a situação econômica da entidade, as principais conclusões obtidas através destes índices são os valores das taxas de lucros. Para obter-se tal resultado compara-se o valor de resultado de lucros absolutos com outros valores.

Através destes índices que os empresários, sócios ou investidores podem verificar o retorno do capital investido, ou seja, a taxa de retorno do PL.

os investidores, acionistas e administradores financeiros prestam bastante atenção à rentabilidade das empresas. A análise de rentabilidade começa com um exame da maneira pela qual os ativos foram empregados. Os bons dirigentes usam com eficiência seus ativos. Por meio do aumento da produtividade, eles são capazes de reduzir ou de controlar as despesas. As taxas de retorno alcançadas são importantes se seus dirigentes pretendem atrair capitais e contratar financiamentos bem-sucedidos para o crescimento da empresa. (GROPPELLI; NIKBAKHT, 2010, p. 364).

Conforme Silva (2010), é possível avaliar o desempenho global de um empreendimento através do estudo das taxas de retorno. A análise através dos índices de rentabilidade permite principalmente aos sócios da entidade verificar se ocorreu ou não o resultado esperado. Sendo assim as decisões tomadas através da análise destes índices podem ser mais seguras no pressuposto de que um ou outro motivo levou a empresa a resultados inferiores aos esperados.

2.2.3.1 Giro do Ativo

É através deste indicador que se pode observar a relação existente entre o faturamento líquido da organização e o valor de seu ativo total. Para obtenção usa-se a seguinte fórmula:

Quadro 10: Fórmula do Giro do Ativo

$$\text{Giro do Ativo} = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$$

Fonte: Padoveze (2010, p. 225).

Conforme explica o autor Matarazzo (2010), os investimentos realizados pela empresa possuem relação direta com o volume de vendas. E não há como se obter conclusões precisas, analisando-se as vendas em seus valores absolutos.

O Giro do ativo na opinião de Silva (2010, p. 143),

este indicador estabelece a relação entre as vendas do período e dos investimentos totais efetuados na empresa, expressando o nível de eficiência com que são utilizados os recursos aplicados, ou seja, a PRODUTIVIDADE dos investimentos totais (ativo total). (SILVA, 2010 p. 143).

2.2.3.2 Margem de Lucro Bruto

Este indicador é obtido através da seguinte fórmula:

Quadro 11: Fórmula Margem do Lucro Bruto

$$\text{Margem Bruta} = \frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Receitas Líquidas}}$$

Fonte: Padoveze (2010, p. 227).

É através deste indicador que verifica-se qual a margem de lucro da receita líquida, deduzindo delas o custo dos produtos ou mercadorias vendidas.

Para saber se a margem é ideal, compara-se às margens das empresas semelhantes. Se a margem bruta for superior a dos concorrentes, pode sinalizar gerenciamento falho dos custos, o que demanda uma reorganização dos processos que possibilite alcance da margem ideal. (GROPPELLI; NIKBAKHT, 2010).

É um ótimo indicador, pois mede a eficácia dos gestores relacionados à aplicação dos recursos de mão de obra os materiais usados na produção.

2.2.3.3 Margem de Lucro Operacional

Através deste índice é possível verificar a margem de lucro descontado os custos e as despesas operacionais atingidas pela entidade. Para o cálculo utiliza-se a seguinte fórmula:

Quadro 12: Fórmula Margem lucro Operacional

$$\text{Margem Operacional} = \frac{\text{Lucro Antes do Imposto de Renda}}{\text{Receitas Líquidas}}$$

Fonte: Padoveze (2010, p. 228).

Através da análise do resultado deste índice se o lucro operacional for elevado, significa que a empresa consegue controlar efetivamente os custos e despesas operacionais, ou que os mesmos cresceram em menor velocidade que as vendas. Para Gropelli e Nikbakth (2010), A responsabilidade dos gestores é investigar os motivos das altas e baixas na margem operacional. Deste modo é possível identificar se os preços aumentaram mais rápido eu os custos.

2.2.3.4 Margem Líquida

É através deste indicador que se observa o lucro obtido para cada R\$: 100,00 das vendas, o mesmo é dado pela seguinte fórmula:

Quadro 13: Fórmula Margem Líquida

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido do Exercício}}{\text{Receitas Líquidas}}$$

Fonte: Padoveze (2010, p. 228).

Para os investidores é interessante que a margem líquida esteja sempre acima da média em relação ao setor, e apresentando perspectivas de melhora,

também é importante que as despesas se mantenham baixas, pois as mesmas interferem diretamente na Margem Líquida.

Para Groppelli e Nikbakht (2010), a margem líquida varia de setor a setor, entretanto maiores margens relativas de lucro são vislumbradas por empresas melhor administradas, pois normalmente os recursos são utilizados de forma eficiente.

2.2.3.5 Rentabilidade do Ativo

De todos os existentes a rentabilidade do ativo ou retorno do investimento como é mais conhecido é o mais importante para os administradores. Quanto maior este índice melhor e o mesmo é obtido através da seguinte fórmula:

Quadro 14: Rentabilidade do Ativo:

$$\text{Rentabilidade} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}} \times 100$$

Fonte: Padoveze (2010, p. 234).

Tal indicador demonstra o potencial da empresa em gerar lucro, e assim capitalizar-se (MATARAZZO, 2010). Conforme revela Silva (2010), tem por objetivo medir a eficiência global da alta direção da empresa na geração de lucros com seus investimentos totais.

Fazendo o cálculo e obtendo-se, por exemplo, um resultado igual a 40%, divide-se 100% pela taxa encontrada e obtém-se um resultado igual a 2,5. Conclui que os sócios levaram em média 2,5 anos para ter de volta o capital investido.

Ainda comentado sobre a fórmula Groppell e Nikbakht (2010) “O propósito dessa fórmula é comparar a forma pela qual a empresa gera lucros e a forma como usa seus ativos para gerar vendas. Se os ativos forem usados eficazmente, o lucro (e o ROI) será alto; caso contrário, será baixo.” (GROPPELL; NIKBAKHT, 2010, p. 366).

2.2.3.6 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Para encontrar a taxa de retorno do Patrimônio Líquido usa-se a seguinte equação:

Quadro 15: Fórmula Rentabilidade do Patrimônio Líquido

$$\text{Rentabilidade} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{PL Médio}} \times 100$$

Fonte: Padoveze (2010, p. 235).

Complementando a fórmula Matarazzo (2010) afirma que a média do PL é encontrada por meio do seguinte cálculo: **(PL Inicial + PL Final) / 2**.

A taxa obtida da equação revelará o tempo que os proprietários levaram para ter de volta o seu investimento.

Outra ótica para análise desse indicador é comparando-o com os “rendimentos alternativos do mercado, como Caderneta de Poupança, CDBs, Letras de Câmbio, Ações, Aluguéis, Fundos de investimentos, etc. Assim, o sócio pode verificar se sua empresa é ou não mais rentável que as outras formas de aplicação existentes no mercado. (MATARAZZO, 2010)

3 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos traçados neste estudo, será utilizado o método da descrição e posteriormente a análise das demonstrações contábeis da entidade tributada pelo lucro real que é objeto do estudo de caso. Para Gil (2002, p.42), a pesquisa descritiva:

tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob esse título, uma de suas características mais significativas esta na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. (GIL, 2002, p. 42)

Para desenvolver a fundamentação teórica deste estudo será utilizado o método da pesquisa bibliográfica, onde entre outros se faz a abordagem dos conceitos e outras teorias sobre a correta análise das informações obtidas através das demonstrações contábeis. Conforme Andrade (2005, p.14) referente às tipologias de pesquisa bibliográfica, o mesmo afirma que: "na pesquisa bibliográfica os fatos são observados, registrados, analisados classificados e interpretados sem que o pesquisador interfira nos fatos."

A pesquisa do tipo documental também será utilizada para a avaliação dos demonstrativos contábeis da entidade. Esse tipo de pesquisa é muito semelhante à pesquisa bibliográfica, porém a pesquisa bibliográfica é elaborada mediante a consulta de varias obras e autores inclusive de diferentes nacionalidades, enquanto a documental baseia-se na empresa na qual é objeto desse estudo de caso e suas demonstrações.

Para a abordagem do problema do estudo será usado às técnicas quantitativas através das estatísticas dos dados e qualitativos para a análise, interpretação e descrição da análise da empresa.

Para Goldenberg (2004, p. 63),

os métodos qualitativos poderão observar, diretamente como cada individuo, grupo ou instituição experiente, concretamente a realidade pesquisada. A pesquisa qualitativa é para identificar conceitos e variáveis relevantes de situações que podem ser estudadas quantitativamente.

Através desta sequencia metodológica pretende-se desenvolver este estudo de certo modo a alcançar os objetivos gerais e específicos propostos para formulação de conhecimento acerca do tema abordado.

3 ESTUDO DE CASO

Neste capítulo apresenta-se o estudo objeto dessa pesquisa, onde foi efetuada a análise das Demonstrações Contábeis de um Posto de Combustíveis localizado no município de Criciúma, extremo sul de Santa Catarina.

Por meio das ferramentas como: análise vertical e horizontal, estudo dos indicadores e capital de giro, verifica-se a situação patrimonial, econômica e financeira da organização em referência.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A entidade pesquisada é uma sociedade LTDA, além de revender combustíveis e lubrificantes, possui uma loja de conveniências. A pedido dos sócios a razão social será omitida neste estudo.

Suas atividades iniciaram em 18 de Junho de 1993, a partir do sonho de um agricultor muito conhecido e proprietário de varias empresas de outros segmentos, com o passar dos anos os bens foram divididos aos filhos ficando assim a empresa objeto deste estudo para o filho mais velho. Após o ano de 2005 o empreendimento foi arrendado para dois sócios sem vinculo familiar que decidiram juntos tomar frente ao negócio, parceria que permanece até os dias atuais.

A administração esta sob os cuidados dos sócios, a contabilidade é terceirizada e a empresa conta com 8 funcionários fixos remunerados por salario fixo, no que tange ao aspecto tributário, a organização é enquadrada no regime de tributação pelo lucro real.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Para alcançar os objetivos Propostos neste trabalho, foram disponibilizados pelo escritório de contabilidade responsável pela organização e com a devida

autorização do sócio proprietário, o Balanço Patrimonial e o Demonstrativo do Resultado do Exercício dos períodos de 2011 a 2013. Algumas informações complementares foram repassadas pela contabilidade, para enriquecer a análise.

3.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na descrição da Análise dos demonstrativos, são evidenciados os resultados em acordo com os objetivos específicos da pesquisa: (2) evidenciar os indicadores de endividamento, liquidez e rentabilidade; (3) Calcular os indicadores através do BP e do DRE entre os anos de 2011 a 2013.

3.3.1 Análise Patrimonial

Nesta secção o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício serão analisados pelos métodos horizontal e vertical.

3.3.1.1 Análise Horizontal (AH)

Como visto no capítulo 2, a análise horizontal é um instrumento importante, pois permite verificar a variação ocorrida nos exercícios estudados.

A Tabela 1 mostra a Análise Horizontal do Balanço Patrimonial. O período base é representado pelo ano 2011. Assim, o período 2012 encontra-se relacionado a ele. No ultimo período foi efetuada a comparação entre 2012 e 2013.

Tabela 1 – Análise Horizontal (AH) BP

ANALISE HORIZONTAL - BALANÇO PATRIMONIAL	2011	2012	A.H % (11-12)	2013	A.H % (12-13)
ATIVO	468.048,92	576.948,30	23,27%	532.801,73	-7,65%
CIRCULANTE	439.925,91	543.949,34	23,65%	496.421,77	-8,74%
DISPONIVEL	149.179,35	236.556,53	58,57%	199.685,66	-15,59%
Caixa	66.192,54	157.947,66	138,62%	145.806,01	-7,69%
Bancos	5.685,52	6.333,85	11,40%	42.272,36	567,40%
Aplicações Financeiras	77.301,29	72.275,02	-6,50%	11.607,29	-83,94%
VALORES A RECEBER	200.605,43	232.078,05	15,69%	188.286,24	-18,87
Clientes	186.457,95	199.700,00	7,10%	150.000,00	-24,89%
Outros Créditos	509,48	509,48	0%	0,00	-100%
Tributos a Recuperar	13.638,00	31.868,57	133,67%	38.286,24	20,14%
ESTOQUES	85.141,13	75.314,76	-11,54%	108.449,87	44%
Estoque	85.141,13	75.314,76	-11,54%	108.449,87	44%
OUTROS	5.000,00	0,00	-100%	0,00	0%
Correntistas Gerais	5.000,00	0,00	-100%	0,00	0%
NÃO CIRCULANTE	28.123,01	32.998,96	17,34%	36.379,96	10,25%
IMOBILIZADO	28.123,01	32.998,96	17,34%	36.379,96	10,25%
Imobilizações	19.119,75	23.995,70	25,50%	27.376,70	14,09%
(-) Depreciações acumuladas	9.003,26	9.003,26	0%	9.003,26	0%
PASSIVO	468.048,92	576.948,30	23,27%	532.801,73	-7,65%
CIRCULANTE	166.100,85	254.892,32	53,46%	297.794,11	16,83%
Fornecedores	145.468,93	234.189,87	60,99	279.840,55	19,49%
Obrigações Tributárias	6.066,19	3.747,91	-38,22%	149,84	-96,0%
Obrigações com o pessoal	10.389,76	11.929,82	14,82%	12.414,53	4,06%
Obrigações sociais	4.175,97	5.026,72	20,37%	5.389,19	7,21%
NÃO CIRCULANTE	6.633,12	53.258,35	702,95%	48.364,30	-9,19%
Provisões	6.633,12	16.307,53	145,85%	10.927,25	-32,99
Instituições financeiras	0,00	36.950,82	100%	37.437,05	1,32%
PATRIMONIO LIQUIDO	295.314,95	268.795,63	-8,98%	186.643,32	-30,56%
Capital social	35.000,00	35.000,00	0%	35.000,00	0%
Lucros/prejuízos acumulados	260.314,95	233.795,63	-10,19	151.643,32	-35,14%

Fonte: BP da empresa analisada, Adaptado pelo autor.

O patrimônio da empresa cresceu na ordem de 23,27% entre 2011 e 2012, principalmente no ativo não circulante em que houve uma expansão de 17,34%. O destaque pelo aumento no ativo não circulante foi a crescente na conta de imobilizado.

Em 2012 as disponibilidades avançaram 58,57% por conta do aumento das vendas avista que somaram 138,62% em relação ao período anterior. Aliado a isso, ouve um pequeno aumento de 7,10% na conta clientes em relação a 2011.

O aumento de 567,40% na conta Banco no ano 2013 se deu devido á transferência de valores da aplicação financeira que obteve uma redução de 83,94% no mesmo período.

O valor residual igual a zero no fim do período representando uma queda de 100% em outros créditos refere-se a adiantamento de salario e décimo terceiro a empregados que nos anos 2012 e 2013 não foram realizados.

O aumento na conta tributos a recuperar no montante de 133,67% entre os anos de 2011 e 2013, foi devido ao recolhimento maior de ICMS no período com os produtos da loja de conveniências.

Os estoques cresceram 44% durante o período de 2012 a 2013. No geral a empresa esta vendendo mais, no entanto, conforme será discutido na análise do DRE, o produto comercializado mais representativo, teve o seu custo aumentado quase 5% ao longo dos períodos. Assim a empresa comercializou maior volume de produtos. Isso explica a tendência ao aumento dos estoques.

Os fornecedores não constituíram fontes de recursos suficientes para suprir os estoques visto o aumento de 60,99% entre 2011 e 2012 na conta fornecedores, e para tanto foi contraído um empréstimo no ano de 2012 no valor de 36.950,82, aumentando em 100% o valor da análise desta conta, no ano subsequente não teve amortização e fechou em 1,32% de aumento devido aos juros aplicados sobre o montante do capital.

No saldo do ativo não circulante, imobilizado o valor de 17,34% representa a compra de móveis e utensílios e também computadores e periféricos. O veículo registrado no patrimônio da empresa não sofreu alteração ao longo do período analisado, apenas depreciação.

No Passivo o grupo que mais cresceu entre 2011 e 2012 foi o não circulante, alavancado pelas provisões de férias, décimo terceiro e encargos sociais que no final do período apresentaram um aumento de 145,85%. E o que mais teve seu saldo reduzido foi as obrigações tributárias, devido ao fato de que nos períodos analisados o valor do lucro líquido do exercício foi diminuindo chegando a 2013 com um prejuízo equivalente ao montante de lucro do ano anterior (2012), dessa forma não são provisionados o imposto de renda e a contribuição social no balanço patrimonial.

O PL é dos capitais o que menos expandiu, fechando 2013 com uma involução de 36,80% puxado pelo prejuízo deste mesmo período.

A tabela 2 representa a análise horizontal do DRE. O ano base considerado foi 2011, sendo que no ultimo período foi exemplificado também como base o ano 2012.

Tabela 2 – Análise Horizontal (AH) DRE

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ANÁLISE HORIZONTAL					
	2011	2012	A.H% (11-12)	2013	A.H % (12-13)
RECEITA BRUTA DE VENDAS	5.563.038,41	5.958.440,01	7,11%	5.620.176,76	-5,68%
Revenda de Mercadorias	304.646,78	261.335,11	-14,22%	398.589,38	52,52%
Revenda de Óleos Lubrif.	93.313,40	184.731,79	97,97%	158.134,12	-14,40
Revenda de Combustível	5.165.078,23	5.512.373,11	6,72%	5.063.453,26	-8,14
(-) deduções das vendas	(32.150,63)	(9.707,85)	-69,81%	(27.327,98)	181,50%
Impostos e contribuições	(32.150,63)	(9.707,85)	-69,81	(27.327,98)	181,50%
RECEITA LÍQUIDA	5.530.887,78	5.948.732,16	7,55%	5.592.848,78	-5,98%
(-) Custo das mercadorias vendidas	(306.128,90)	(369.488,33)	20,70%	(325.052,83)	-12,03%
(-) Custo do combustível vendido	(4.417.265,27)	(4.777.069,15)	8,15%	(4.549.767,11)	-4,76%
LUCRO BRUTO	807.493,61	802.174,68	-0,66	718.028,84	-10,49
(-) despesas/receitas operacionais	(629.650,82)	(763.827,32)	21,31%	(755.345,65)	-1,11
Despesas com vendas	(23,00)	(0,00)	-100%	(0,00)	0%
Despesas administrativas	(652.893,54)	(758.636,06)	16,20%	(747.222,74)	-1,50%
Despesas Operacionais	(5.889,13)	(6.369,26)	8,15%	(9.748,89)	53,06%
Receitas Operacionais	272,24	(0,00)	-100%	79,50	100%
Receitas Financeiras	28.882,61	1.178,00	-95,92%	1.546,48	31,28%
RESULTADO ANTES DA PROV. IRPJ E CSLL	177.842,79	38.347,36	-78,44%	(37.316,81)	-197,31%
(-) IMPOSTOS DE RENDA PJ	26.646,42	5.752,10	78,41%	-	-
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16.005,85	3.451,26	78,43%	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	135.190,52	29.144,00	-78,44%	(37.816,81)	-197,31%

Fonte: Dados da Empresa, Adaptado Pelo Autor.

A receita Líquida teve um aumento considerável no ano de 2012 na ordem de 7,55% devido ao aumento da receita bruta de vendas do mesmo período, porém fecha o ano de 2013 com resultado negativo devido ao prejuízo no resultado deste ano.

Apesar do aumento na revenda de mercadorias da loja de conveniência em 52,52% entre os anos de 2012 e 2013 ouve uma queda na receita bruta de vendas devido à baixa da revenda de combustíveis no valor de 8,14% e de óleos lubrificantes em 14,40%.

A redução dos custos dos produtos revendidos obteve uma queda nos anos de 2012 a 2013 na ordem de 5,98%. Essa diferença entre os anos foi devido a reforma e ampliação da loja de conveniências que permaneceu fechada por alguns meses e após a sua inauguração foi reabastecida, no ano 2013 observa-se o lucro não visto nos períodos anteriores.

A contribuição para sindicatos foi a responsável pelo aumento das despesas operacionais 53,06% o que resultou em um ponto negativo para empresa, que foram amenizadas pelo aumento das receitas financeiras em 31,28%, porém no contexto geral as receitas/despesas operacionais obtiveram ao final do ano de 2013 uma involução de 1,11%.

A junção das receitas, despesas e custos incorridos no período de 2012 a 2013 fizeram com que o lucro líquido tivesse um recuo de 197,31%. Resultando um prejuízo no montante de R\$: 37.816,81.

3.3.1.2 Análise Vertical (AV)

Para complementar a Análise Horizontal, será apresentado a Análise Vertical do B.P e do DRE, onde a representatividade de cada rubrica é verificada em relação a uma cota principal. Comparando assim um grupo de contas em relação a outros grupos.

A tabela 3 traz a análise vertical do balanço patrimonial, onde os principais grupos analisados são: Ativo e Passivo Totais onde as demais contas foram relacionadas proporcionalmente a eles.

Tabela 3 – Análise Vertical (AV) BP

ANALISE VERTICAL-BALANÇO PATRIMONIAL	2011	A.V %	2012	A.V %	2013	A.V %
ATIVO	468.048,92	100%	576.948,30	100%	532.801,73	100%
CIRCULANTE	439.925,91	93,99%	543.949,34	94,28%	496.421,77	93,17%
DISPONIVEL	149.179,35	31,87%	236.556,53	41,00%	199.685,66	37,48%
Caixa	66.192,54	14,14%	157.947,66	27,38%	145.806,01	25,27%
Bancos	5.685,52	1,21%	6.333,85	1,10%	42.272,36	7,93%
Aplicações Financeiras	77.301,29	16,52%	72.275,02	12,53%	11.607,29	2,18%
VALORES A RECEBER	200.605,43	42,86%	232.078,05	40,23%	188.286,24	35,34%
Clientes	186.457,95	39,84%	199.700,00	34,62%	150.000,00	28,15%
Outros Créditos	509,48	0,11%	509,48	0,09%	0,00	0%
Tributos a Recuperar	13.638,00	2,91%	31.868,57	5,52%	38.286,24	7,19%
ESTOQUES	85.141,13	18,19%	75.314,76	13,05%	108.449,87	20,36%
Estoque	85.141,13	18,19%	75.314,76	13,05%	108.449,87	20,36%
OUTROS	5.000,00	1,07%	0,00	0%	0,00	0%
Correntistas Gerais	5.000,00	1,07%	0,00	0%	0,00	0%
NÃO CIRCULANTE	28.123,01	6,01%	32.998,96	5,72%	36.379,96	6,83%
IMOBILIZADO	28.123,01	6,01%	32.998,96	5,72%	36.379,96	6,83%
Imobilizações	19.119,75	4,09%	23.995,70	4,16%	27.376,70	5,14%
(-) Depreciações acumuladas	9.003,26	1,92%	9.003,26	1,56%	9.003,26	1,69%
PASSIVO	468.048,92	100%	576.948,30	100%	532.801,73	100%
CIRCULANTE	166.100,85	35,49%	254.892,32	44,18%	297.794,11	55,89%
Fornecedores	145.468,93	31,08%	234.189,87	40,59%	279.840,55	52,52%
Obrigações Tributárias	6.066,19	1,30%	3.747,91	0,65%	149,84	0,03%
Obrigações com o pessoal	10.389,76	2,22%	11.929,82	2,07%	12.414,53	2,33%
Obrigações sociais	4.175,97	0,89%	5.026,72	0,87%	5.389,19	1,01%
NÃO CIRCULANTE	6.633,12	1,42%	53.258,35	9,23%	48.364,30	9,08%
Provisões	6.633,12	1,42%	16.307,53	2,83%	10.927,25	2,05%
Instituições financeiras	0,00	0%	36.950,82	6,40%	37.437,05	7,03%
PATRIMONIO LIQUIDO	295.314,95	63,09%	268.795,63	46,59%	186.643,32	35,03%
Capital social	35.000,00	7,48%	35.000,00	6,07%	35.000,00	6,57%
Lucros/prejuízos acumulados	260.314,95	55,61%	233.795,63	40,52%	151.643,32	28,46%

Fonte: Dados da empresa. Adaptado pelo autor.

A estrutura do ativo revela que nos três períodos analisados, é o ativo circulante quem possui a maior parte das aplicações. Em todos os três anos ele representou acima de 93% do ativo total.

O grupo clientes é o mais importante do AC em todos os períodos, porém em 2011 chegou a atingir o valor de 39,84% do ativo total. Esse grupo com valores muito representativos em relação ao total denota a um número de vendas a prazo muito alto, dessa maneira a empresa fica muito exposta ao risco de inadimplência.

Em 2011 a empresa não necessitava de capitais de terceiros nem a longo nem a curto prazo para financiar suas operações. Porém com a queda acentuada nas vendas no ano de 2012 e 2013, teve que recorrer à instituição financeira contraindo um empréstimo que representa 6% do passivo total.

Muito embora o ativo circulante seja maior que o passivo circulante, o fato daquele ser composto em maior parte pelo grupo clientes torna a atual estrutura de capitais arriscada, levando assim como mencionado anteriormente, a incerteza quanto ao recebimento.

O capital próprio teve sua representatividade em relação ao passivo total diminuída devido aos resultados insatisfatórios nos anos de 2012 e 2013 chegando ao final do período com apenas 35,03% de representação, ao contrário de 2011 que atingia a marca de 63,09%.

Na análise vertical todas as contas são comparadas a receita líquida do seu respectivo período. Isso facilita a comparação de um ano a outro quanto à representatividade de cada conta, que ao final refletirá na sobra líquida. A seguir a tabela 4 refere-se à análise vertical do DRE.

Tabela 4 – Análise Vertical DRE (AV)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO – ANÁLISE VERTICAL						
	2011	A.V %	2012	A.V %	2013	A.V %
RECEITA LÍQUIDA	5.530.887,78	100%	5.948.732,16	100%	5.592.848,78	100%
(-) Custo das mercadorias vendidas	(306.128,90)	5,53%	(369.488,33)	6,21%	(325.052,83)	5,81%
(-) Custo do combustível vendido	(4.417.265,27)	79,87%	(4.777.069,15)	80,30%	(4.549.767,11)	81,35%
LUCRO BRUTO	807.493,61	14,60%	802.174,68	13,48%	718.028,84	12,84%
(-) despesas/receitas operacionais	(629.650,82)	11,38%	(763.827,32)	12,84%	(755.345,65)	13,51%
Despesas com vendas	(23,00)	0,01	0,00	0,0%		
Despesas administrativas	(652.893,54)	11,80%	(758.636,06)	12,75%	(747.222,74)	13,36%
Despesas Operacionais	(5.889,13)	0,11%	(6.369,26)	0,11%	(9.748,89)	0,17%
Receitas Operacionais	272,24	0,01%	0,00	0,00%	79,50	0,01%
Receitas Financeiras	28.882,61	0,52%	1.178,00	0,02%	1.546,48	0,03%
RESULTADO ANTES DA PROV. IRPJ E CSLL	177.842,79	3,22%	38.347,36	0,64%	(37.316,81)	0,67%
(-) IMPOSTOS DE RENDA PJ	26.646,42	20,76%	5.752,10	103,42%	-	-
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16.005,85	34,55%	3.451,26	172,36%	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	135.190,52	3,22%	29.144,00	0,64%	(37.816,81)	0,67%

Fonte: Dados da empresa. Adaptado pelo autor.

Os impostos e contribuições sobre as vendas não impactam muito na demonstração, explicado pela representação dos mesmos no montante inferior a 7% nos três anos analisados.

O lucro bruto tem o seu maior valor em 2011 representado por 14,50% da receita total, porém as despesas administrativas representam 11,80% do resultado. Desta forma o resultado líquido do exercício de 2011 foi de apenas 3,22% do montante em valores aproximadamente de R\$ 177.842,79. Esse valor é ainda menor observando os períodos subsequentes.

No ano de 2013 o custo do combustível vendido representava 81,35% e o montante das despesas e receitas operacionais 13,51%, sendo assim neste período houve um resultado líquido do período negativo.

A sobra líquida obtida tem diminuído a cada ano. Para incrementá-la, são necessárias ações de controle principalmente junto com as despesas e os custos. É claro que o faturamento precisa crescer, no entanto se tratando de combustível, com a intervenção do governo a empresa não consegue diminuir o preço, desta forma na tentativa de vender e de faturar mais com a quantidade vendida tem-se que criar alternativas para se vender mais, sabendo que a margem de lucro é pequena.

3.3.1.3 Análise dos Indicadores Financeiros

A tabela 5 traz os indicadores, revelando a capacidade que a empresa possui de quitar suas dívidas a curto e longo prazo, bem como a estrutura dos capitais utilizados.

Tabela 5 – Análise por meio de Índices;

ANALISE POR MEIO DE ÍNDICES	2011	2012	2013
ÍNDICES DE LIQUIDEZ			
LIQUIDEZ CORRENTE	2,65	2,13	1,67
LIQUIDEZ SECA	2,14	1,97	1,30
LIQUIDEZ GERAL	2,71	1,87	1,54
LIQUIDEZ IMEDIATA	0,90	0,93	0,67
INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO			
PART. CAP. DE TERCEIROS SOBRE OS RECURSOS TOTAIS	61,31%	68,22%	74,06%
PART. CAPITAL DE TERCEIROS / PRÓPRIO	170,97%	87,23%	53,92%
COMPOSIÇÃO DE ENDIVIDAMENTO	96,16%	82,72%	86,03%
ENDIVIDAMENTO TOTAL	63,09%	46,59%	35,03%
IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9,52%	12,28%	19,49%

Fonte: Dados da empresa. Elaborado pelo autor.

Os indicadores de endividamento demonstram que a empresa utiliza maior proporção de capital de terceiros do que capital próprio para financiar seus investimentos. É ainda mais evidente essa situação se comparada ao ativo total pelos resultados encontrados, percebe-se que mais da metade das aplicações do ativo efetuadas pela empresa, mais de 26% são oriundas de capital de terceiros.

Para identificar o quanto do ativo é financiado pelo PL, basta diminuir o resultado obtido no indicador “participações do capital de terceiros sobre os recursos totais”, pelo valor 100. Em 2011 38,69% do ativo eram financiados com recursos de terceiros, logo os demais 61,31% eram financiados por capital próprio.

Em 2011 mais de 96% das exigibilidades concentravam-se no curto prazo. Uma queda na composição dos capitais fez baixar para 82%, tornando-o crescer em 2013 na ordem de 86%. Muito embora o indicador tenha aumentado no último ano percebe-se que a proporção de dívidas a curto prazo é inferior a 2011, o que é favorável para a empresa.

Verificando-se a liquidez corrente, os três períodos demonstram que o ativo circulante é maior que o passivo circulante, logo parte-se da premissa que a empresa dispõe de condições para solver seus compromissos em longo prazo.

Entretanto outras variáveis precisam ser analisadas já que o ativo possui velocidade de realização distinta da exigência do passivo.

Quanto aos recursos que foram empregados no ativo não circulante a empresa utilizou no final do período o montante de 19,49% do PL. Já em 2011 somente 9,52% encontravam-se investidos nos ativos não correntes. Com isso verifica-se que o ativo não circulante é financiado com recursos próprios nos três períodos em análise.

Para comprovar o quão os índices de endividamento constatados podem ser considerados comprometedores ou não, volta-se a atenção a liquidez da empresa onde se verificará sua capacidade de solver as dívidas, considerando a estrutura e composição do endividamento.

A liquidez geral da empresa, nos três períodos analisados e acima de 1,00, portanto é considerada boa, apesar de estar decrescendo período a período.

No triênio em questão, o AC é maior que o PC; a liquidez corrente é acima de 2,65 em 2011; 2,13 em 2012 e sofre uma retração em 2013 onde o indicador chega a 1,67. Essa condição ocorreu, pois todo o PC financiou o AC da empresa e a mesma contou ainda com um percentual do PNC que funcionou como uma reserva em 2012. Em 2013 o PNC estava financiando parte do giro da empresa. Nos períodos em que o PL sozinho foi insuficiente para cobrir as aplicações em longo prazo o lucro líquido do exercício foi negativo.

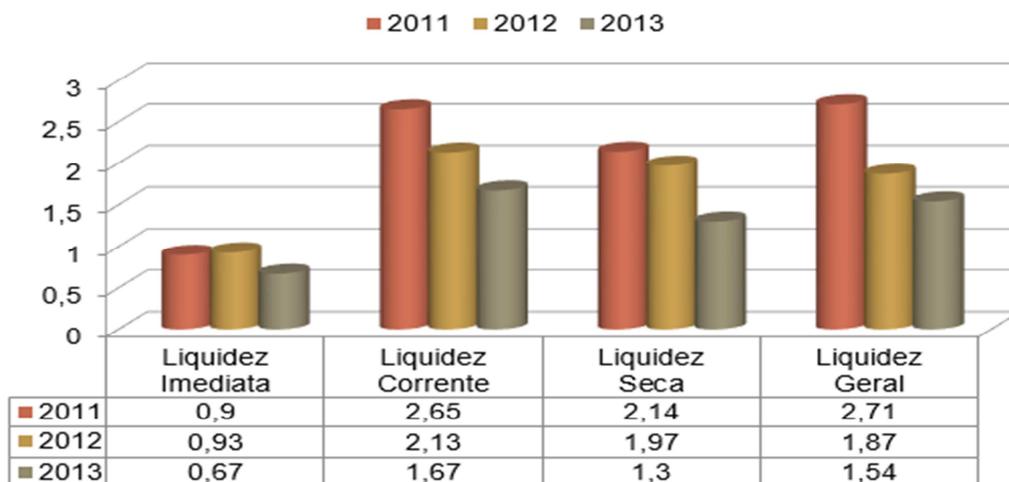
A liquidez seca pode ser considerada boa, em 2011 apresentava 2,14 e nos dois anos seguintes tiveram uma queda acentuada chegando a 2013 com 1,30. Analisando-se o AC, observa-se que a conta clientes é a de maior relevância. Assim a confirmação de boa liquidez da empresa, demandará esforços conjuntos no setor de cobranças e política de recebimento dos clientes condizentes as necessidades da organização.

A liquidez imediata, que considera apenas as disponibilidades (caixa, bancos e aplicações de resgate imediato), tem-se em 2011 que a empresa detém capacidade de solver 90% de suas dívidas a curto prazo, em 2012 este numero aumenta para 93% e no final do período ocorre um decréscimo para 67%. Cabe ressaltar que a conta clientes manteve-se sem alterações muito significativas no triênio chamando atenção apenas em 2013 quando diminuiu cerca de 14% em relação ao ano anterior. Havendo no mesmo período um aumento de 12,84% nas

disponibilidades, fator esse que ocasionou uma melhora no indicador naquele período.

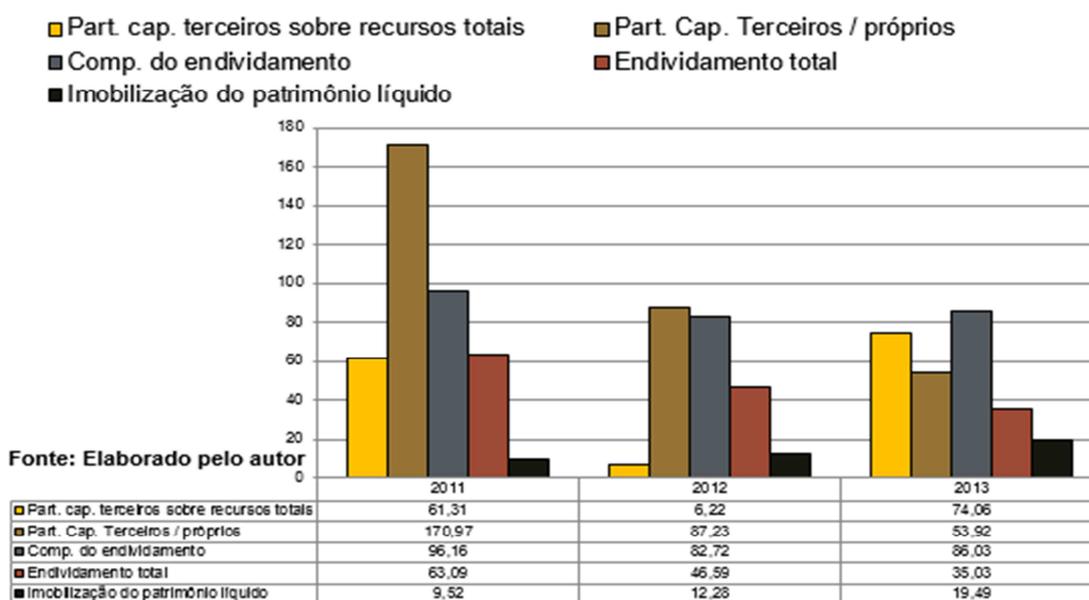
Para uma melhor análise, estes índices comentados estão apresentados em gráficos:

Gráfico 1 – Análise por meio de Índices;



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 2 – Análise por meio de Índices;



Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3.1.4 Análise dos Indicadores Econômicos

A tabela 7 traz os indicadores econômicos, que evidenciam a rentabilidade que a empresa auferiu no período, podendo sinalizar o que motivou a alteração nos índices.

Tabela 6 – Indicadores Econômicos

INDICADORES ECONÔMICOS	2011	2012	2013
ÍNDICES DE RENTABILIDADE			
GIRO DO ATIVO	11,82	10,31	10,50
MARGEM DO LUCRO BRUTO	14,60%	13,48%	12,84%
MARGEM DE LUCRO OPERACIONAL	3,22%	0,64%	-0,67%
MARGEM LÍQUIDA	3,22%	0,64%	-0,67%
RENTABILIDADE DO ATIVO	38,0%	6,65%	-7,10%
RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO	60,22%	13,60%	-16,61%
LÍQUIDO			

Fonte: Elaborado pelo autor

Percebe-se que a empresa vem oscilando o valor de suas vendas ano a ano, em relação aos seus investimentos, que são as aplicações realizadas no ativo em 2011 a receita líquida representava R\$ 11,82 de cada R\$ 1,00 do ativo. Os anos subsequentes esse indicador caiu. Muito embora em 2012 o ativo total tenha sofrido um aumento.

A margem líquida de 2011 é a maior dos períodos verificados. De cada R\$ 100,00 vendidos, a lucratividade foi de R\$ 3,22. Em 2012 essa margem caiu consideravelmente representando menos da metade do valor atingido em 2011. Em 2013 a situação é ainda pior onde a ML é de -0,67%. Quer dizer que o valor das vendas foi menor a cada ano, e as despesas e custos não reduziram na mesma proporção, impedindo que a empresa mantivesse a ML de 2011.

O fato é que as oscilações no valor das vendas e a margem líquida trazem consequências para o retorno dos investimentos. Neste ritmo, os recursos empregados no ativo levaram mais tempo para serem recuperados por meio da lucratividade representados pela empresa. Isto é muito nítido, já que em 2011 representava 38,00% quando no próximo ano decresceram 46,00% e em 2013 a sobra líquida passou a representar menos 7,10% do ativo total.

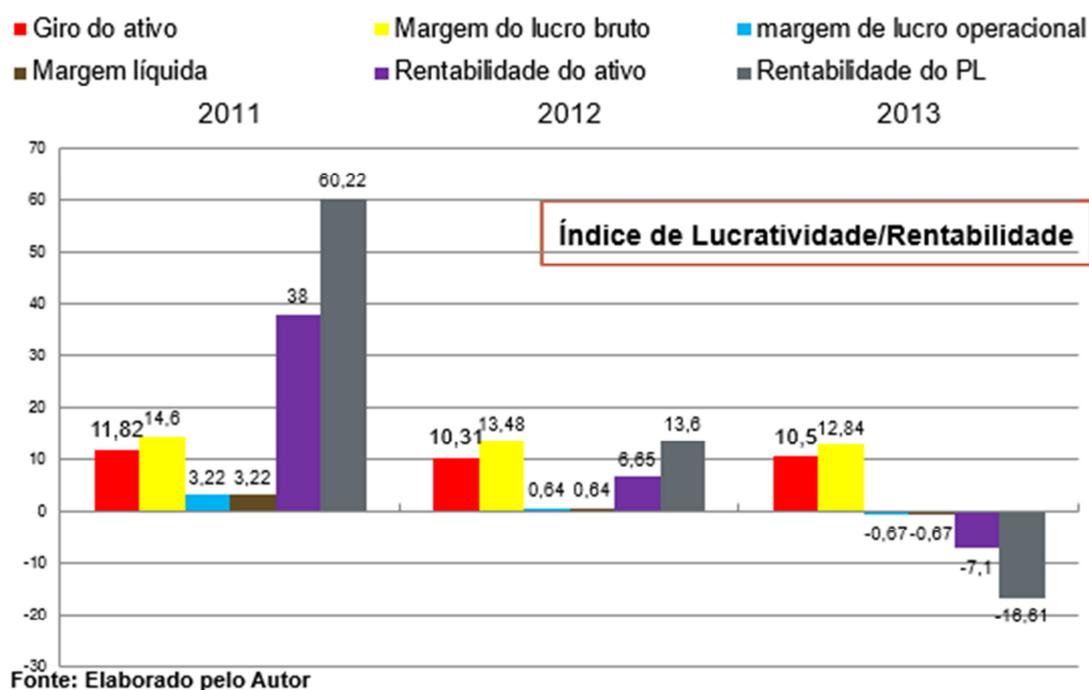
Sobre a rentabilidade do capital próprio, verifica-se acentuada queda em 2012 e 2013 comparados ao desempenho em 2011, que era de 60,22%, podendo ser

considerado um ótimo resultado se comparado a muitos investimentos disponíveis no mercado.

Analisando-se as margens bruta e operacional, conclui-se que as despesas operacionais são as principais responsáveis pela margem líquida alcançada. Nota-se que a margem bruta que considera apenas os custos das vendas variou sensivelmente quando comparada com a margem operacional líquida. Assim, aliados a queda do valor das vendas, as despesas operacionais de maneira geral cresceram, contribuindo para redução da sobra líquida.

Os indicadores econômicos também estão representados em gráfico para uma melhor análise:

Gráfico 3 – Indicadores Econômicos;



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das demonstrações contábeis constitui importante ferramenta no que tange à tomada de decisões por parte dos usuários. A diversidade desses demanda informações variadas, cabendo ao analista identificar os objetivos do estudo para utilizar os métodos e indicadores apropriados ao tipo de esclarecimento desejado.

Em se tratando dos gestores da organização, há demanda de um conjunto de informações que revelem o comportamento da empresa diante das flutuações do mercado. Verificar constantemente os relatórios contábeis, permitirá que as principais fragilidades da empresa sejam detectadas em tempo de implantar medidas corretivas, outrossim, as potencialidades da organização são evidenciadas, possibilitando a valorização desses pontos.

De uma maneira geral, quem detém a informação, é capaz de tomar decisões mais acertadas. Contudo, a maior dificuldade para os usuários é justamente transformar os dados contidos nos balanços em informações, já que seu conteúdo, bem como as metodologias de análise, requer conhecimento específico à matéria.

O objetivo geral desse trabalho buscou trabalhar a questão acima, já que primava analisar a situação patrimonial, econômica e financeira de uma empresa de combustíveis localizada em Criciúma, optante pelo Lucro Real. Tal objetivo foi tão logo atingido na fundamentação teórica e foi posteriormente aplicado no estudo de caso. Na execução desse, os demais objetivos foram plenamente realizados.

Identificar os indicadores de endividamento, liquidez e rentabilidade proporcionou um conhecimento amplo sobre as formas possíveis de análise dentro de uma organização.

O último objetivo foi identificar as alterações ocorridas no Patrimônio da empresa. Em suma, no Balanço Patrimonial a rubrica clientes teve durante todo o triênio, a maior representatividade. Os estoques cresceram cumulativamente ao final de 2013, em virtude do volume de vendas que tem sido maior.

O faturamento líquido, entretanto, tem sofrido reduções significativas decorrentes do principal produto comercializado, o combustível, que nos últimos anos tem sofrido aumento de preço no mercado. O passivo não circulante foi o que menos cresceu, e tem sua representatividade inferior ao passivo circulante.

Os indicadores de endividamento demonstram que a empresa utiliza maior proporção de capital de terceiros do que capital próprio para financiar seus investimentos. É ainda mais evidente essa situação se comparada ao ativo total pelos resultados encontrados, percebe-se que mais da metade das aplicações do ativo efetuadas pela empresa, mais de 26% são oriundas de capital de terceiros.

Verificando-se a liquidez, os três períodos demonstram que o ativo circulante é maior que o passivo circulante, logo parte-se da premissa que a empresa dispõe de condições para solver seus compromissos em longo prazo. Percebe-se que a empresa vem oscilando o valor de suas vendas ano a ano, em relação aos seus investimentos, o valor das vendas foi menor a cada ano, e as despesas e custos não reduziram na mesma proporção, impedindo que a empresa mantivesse a Margem de Contribuição.

Com isso, a empresa necessitou buscar recursos junto à terceiros, principalmente à curto prazo, para cobrir suas necessidades. Esse fator, aliado à recessão no faturamento e altas despesas operacionais, impediram que a empresa obtivesse sobra líquida maior. Diante disso, percebe-se que a empresa precisa atentar à sua estrutura de créditos, de maneira principalmente à reduzir as exigibilidades no curto prazo, que é o fator que mais a desfavorece atualmente

REFERENCIAS

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis:** contabilidade empresarial. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2009

SILVA, Alexandre Alcântara. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis.** 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2010

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis:** estrutura e análise. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços:** um enfoque econômico-financeiro. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2010

_____. **Estrutura e análise de balanços:** um enfoque econômico-financeiro. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2012

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços:** abordagem gerencial. 7. Ed. São Paulo, Atlas, 2010

BRUNI, Adriano Leal. **A análise contábil e financeira.** 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2010

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços fácil.** 9. Ed. São Paulo, Saraiva, 2011

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade:** resumo da teoria, atendendo as novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com respostas. 7. Ed. São Paulo, Atlas, 2013

PADOVEZE, Clovis Luís. **Contabilidade gerencial:** um enfoque em sistema de informação contábil. 7. Ed. São Paulo, Atlas, 2010

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis:** estrutura, análise e interpretação. 6. Ed. São Paulo, Atlas, 2009

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Curso de Contabilidade Intermediária em IFRS e CPC.** 1. Ed. São Paulo, Atlas, 2014

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariosvaldo. **Manual de contabilidade societária:** aplicável a todas as sociedades. 1. Ed. São Paulo, Atlas, 2010

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antônio. **Elaboração e análise das demonstrações contábeis.** 4. Ed. São Paulo, Atlas, 2009

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho. **Análise das demonstrações financeiras.** 3. Ed. São Paulo, Cengage Learning, 2010

LINS, Luiz dos Santos; FILHO, José Francisco. **Fundamentos e análise das demonstrações contábeis**: uma abordagem interativa. 1. Ed. São Paulo, Atlas, 2012

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**. 1. Ed. São Paulo, Atlas, 2014

